



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

UMA SÃO PAULO DOS KANZ, 1860-1915

THE CITY OF SÃO PAULO AND THE KANZ FAMILY, 1860-1915

Lindener Pareto
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
lindenerpareto@gmail.com

Resumo

Este artigo discute a produção do espaço urbano paulistano a partir da biografia profissional de José Kanz. Descendente de alemães e trabalhador da construção civil, Kanz se constituiu num dos principais empreiteiros de obras da cidade de São Paulo na primeira década do século XX. Sua atuação profissional evidencia os conflitos entre poder público e privado, as estratégias de sobrevivência de estrangeiros na cidade e um momento crucial de paulatina regulação da legislação urbana sob a Prefeitura de Antonio da Silva Prado. Kanz representa também o limiar da condição profissional daqueles construtores que ainda não precisavam de diploma para atuar projetando e construindo numa cidade que aos poucos foi conduzida à primazia dos engenheiros e arquitetos diplomados.

Palavras-chave

Construtores. São Paulo. José Kanz. Não-diplomados.

Abstract

This paper presents the production of São Paulo urban space from the perspective of the builder José Kanz. Descendant of Germans, Kanz became one of the main builders of the city in the first decade of the 20th century. His professional performance highlights the conflicts between public and private sector, survive strategies of foreigners in the city and a crucial moment of gradual regulation of urban legislation under the Municipality of Antonio da Silva Prado. Kanz also represents the professional performance of those builders who haven't needed diploma to work designing and building in a city that gradually led to the supremacy of graduate engineers and architects.

Keywords

Builders. São Paulo. José Kanz. Non-graduates.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Nos idos de 2007, no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, uma equipe de estagiários, formada por fotógrafos e historiadores recém graduados, principiava seus trabalhos para digitalizar a coleção de projetos do Escritório Técnico Ramos de Azevedo/Severo-Villares.¹ Numa das salas do antigo "Gabinete de Eletrotécnica" (hoje sede do Arquivo Municipal) da Escola Politécnica, os monumentais projetos do "Mercado Municipal", dos "Correios e Telégrafos", do "Estádio do Pacaembu", dentre outros, agitavam o cotidiano de funcionários e estagiários do Arquivo, todos extasiados com a qualidade dos desenhos e projetos de um dos escritórios mais longevos e consagrados da história da arquitetura e engenharia brasileiras (BUENO,2015). No âmbito do mesmo projeto, a coleção "Obras Particulares"², entre 1906 e 1914, também era manuseada e digitalizada numa outra sala, numa bancada menos "glamourosa", sem o frenesi dos olhares e lentes das câmeras fotográficas. Ali - a partir dos pedidos de alinhamento do lote e alvarás de licença para construir - o cotidiano de uma São Paulo de virada de século era evidenciado por projetos os mais variados, desde um simples galinheiro na Avenida Paulista, até uma fábrica de um Penteado, Pinotti & Gamba ou um Matarazzo nos principais bairros centrais de uma cidade que aos poucos era retalhada pelos novos loteamentos nos espaços de antigas chácaras.

¹ Trata-se do projeto "**Arquivo Histórico Municipal Washington Luís: A cidade de São Paulo e sua arquitetura**", coordenado pela Prof^a Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Prof.Dr. Nestor Goulart Reis Filho. De 2007 a 2010, em parceria, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Arquivo Histórico Municipal Washington Luís realizaram o referido projeto, com financiamento da FAPESP, no âmbito do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas. O objetivo foi organizar, digitalizar e informatizar duas preciosas coleções de desenhos arquitetônicos de amplo interesse para a comunidade acadêmica e para os consulentes habituais do Arquivo Municipal - a Série Obras Particulares (1906-1915) e o Fundo Particular Escritório Técnico Ramos de Azevedo/ Severo e Villares. Cerca de 35.000 documentos mereceram tratamento arquivístico adequado - descrição documental em catálogo informatizado e reprodução digital dos desenhos arquitetônicos - com o intuito de facilitar a sua consulta e garantir a sua preservação. Pude participar, como Bolsista de Treinamento Técnico da FAPESP, da 1ª Fase do Projeto entre abril de 2007 e fevereiro de 2008.

² Depositada no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (AHMWL) e pertencente ao *Fundo Prefeitura Municipal, Sub-fundo Diretoria de Obras e Viação, a Série Obras Particulares* é a série documental mais solicitada do Arquivo. Compreender a *Série Obras Particulares* no âmbito da gestão municipal paulistana é, sobretudo, perceber a historicidade que permitiu sua gênese como documento visceral da burocracia normativa municipal, desde 1870, e sua posterior função como uma das mais importantes fontes de informação sobre as edificações particulares realizadas na cidade de São Paulo, entre 1870 e 1923, datas limites da coleção pertencente ao AHMWL. A *Série* é constituída por 429 volumes encadernados com datas entre 1870 e 1905, e mais de 900 caixas-arquivos, contendo aproximadamente 68.000 processos dos anos de 1906 a 1923. No que tange ao teor dos requerimentos da *Série*, entre 1870 e 1893, se constituem em pedidos de alinhamento à Câmara, exigidos pelas Posturas Municipais desde os anos 1830. Em 1893, pela Lei n.38, passou a ser exigida a aprovação de plantas das novas edificações junto à Intendência Municipal e, por conseguinte, um Alvará de Licença deveria ser lavrado pelos fiscais engenheiros, e a partir de 1899, pelo diretor da *Diretoria de Obras e Viação*, o Engenheiro Victor da Silva Freire. A leitura dos requerimentos que acompanham as plantas arquitetônicas permite identificar os sujeitos que fizeram parte do cotidiano da cidade, justamente no seu período de maior transformação.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

No entanto, dos milhares de requerimentos solicitando alvará de licença para construir em todos os cantos da cidade, eram poucos aqueles que levavam os nomes dos agentes da construção civil e doméstica mais conhecidos pela historiografia da arquitetura e do urbanismo. Ramos de Azevedo, Victor Dubugras, Giulio Micheli, Maximilian Hell, Carlos Eckman e Samuel das Neves eram figuras menos recorrentes diante dos milhares de requerimentos assinados por Fernando Simões, Miguel Marzo, Luis Bahia, Jorge Müller, Francisco Martins Pompêo, Antonio Cavichioli, José Kanz e tantos outros italianos, alemães e brasileiros que construíram em absolutamente todas as regiões da cidade, centro e bairros centrais. Os construtores mencionados foram todos registrados como “empreiteiros” desde o início da década de 1900 e configuram, junto a centenas de outros, a principal “agência” da construção civil em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Atuaram todos eles, não-diplomados, no limiar entre a profissionalização do ensino da engenharia e da arquitetura, o processo de reconfiguração da legislação urbana para a produção da cidade e o processo de regulamentação da profissão de engenheiros e arquitetos desde as primeiras iniciativas na década de 1920. Não eram nem “desconhecidos” e nem “menores”, mas sua memória dependeu do movimento corporativo que regulamentou a profissão e lançou no ostracismo aqueles que não se adaptaram à nova ordem da engenharia e da arquitetura em São Paulo (ARASAWA, 2008; FICHER, 2005).

Com efeito, na esteira das pesquisas sobre a arquitetura eclética nos anos de 1970 e 1980 (FABRIS, 1987), redescobre-se o século XIX e início do XX ainda por meio de um prisma parcial que privilegia as obras públicas monumentais de Ramos de Azevedo, eleito como o grande arquiteto da São Paulo envolta nas “astúcias da ordem e nas ilusões do progresso” a partir do último quartel do século XIX (SEVCENKO, 1998). Trabalhos importantes sobre sua biografia pessoal e profissional foram realizados privilegiando sua formação e atuação profissional e docente (LEMOS, 1993; CARVALHO, 1996). Nesse âmbito, pouco discutiram a chamada “arquitetura menor” dos construtores não-diplomados, bem como os debates e embates nas instituições oficiais de ensino de Arquitetura e Engenharia que pressionaram pela regulamentação da profissão e pela definição da técnica, da competência, estabelecendo a categoria dos “Arquitetos Licenciados” em oposição aos engenheiros e arquitetos diplomados. Nessa esteira, e a despeito da tendência contemporânea das pesquisas em História do Urbanismo e da Arquitetura de se estudar a biografia profissional de arquitetos e engenheiros que estiveram na “linha de frente” da construção do espaço urbano paulistano, faz-se necessário o estudo de outros sujeitos que conduziram também a expansão da *urbe*, mas que por força das derrotas da memória, diga-se, por construções muitas vezes lineares e



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

excludentes de uma narrativa historiográfica marcada por discursos hegemônicos e neutralizadores dos embates sociais, foram aos poucos desaparecendo da história de São Paulo (PARETO JR.,2011; PARETO JR.,2016). Cumpre dizer que o estudo dos não-diplomados, denominados pejorativamente, pelo discurso corporativo dos diplomados, de Práticos Licenciados – *construtores sem ensino superior habilitados pelo poder público, e reconhecidos como competentes para a prática da arquitetura* – deve ser levado a cabo não só para suprir uma lacuna historiográfica, mas para que se superem também alguns juízos de valor que não contribuem para a narrativa plural da história das cidades. A arquitetura projetada e construída pelos não-diplomados - o que inclui aqui empreiteiros, mestres de obras e pedreiros que foram habilitados pelos órgãos públicos como ‘empreiteiros’, ‘construtores’ e ‘arquitetos’ – não pode ser entendida de maneira alguma como ‘arquitetura menor’, ou simples pastiche de modelos advindos da arquitetura eclética erudita europeia. Da última década do século XX à década de 1930, o patrimônio cultural edificado na cidade de São Paulo foi construído, na sua maioria, pelos chamados construtores leigos, nacionais ou estrangeiros que alcançaram também o circuito dos palacetes, prédios comerciais e industriais. Entrementes, projetaram e edificaram habitações comuns em bairros operários e de classe média, multiplicados em larga escala nas últimas décadas do século XIX, além de galpões para pequenas oficinas de manufaturas, armazéns, lojas de pequeno comércio, cocheiras, assim como muros e reformas. Nesse sentido, o estudo das biografias profissionais individuais e coletivas desses sujeitos pode contribuir para remontar uma narrativa há muito sem o devido lugar no cotidiano de uma cidade de múltiplas culturas de classe e temporalidades arquitetônicas distintas.

1. À procura de Hans, Kans, Kanz

Tal é a condição de um sujeito como José Kanz. Dos nomes “desconhecidos” que pululavam nos requerimentos dos Obras Particulares, nenhum supera - na década de 1900 - o nome de José Kanz. Entre 1906 e 1914, assinou aproximadamente 1.134 requerimentos³, de longe o agente da construção civil mais expressivo na cidade de São Paulo. Os milhares de requerimentos assinados por José Kanz causavam espanto em todos os estagiários. A presença constante de sujeitos como Kanz, Fernando Simões, Raul dos Santos Oliveira, Alexandre de Battisti, Miguel Marzo, dentre outros, parecia reivindicar - no dizer de Walter Benjamin (1994, p.225) - uma “história escovada a contrapelo”, recusando a “fetichização” em torno dos projetos do escritório de Ramos de Azevedo. No cotidiano do Arquivo, pelo menos para aqueles

³ Ver **Tabela 1**.

que abriam e analisavam requerimento por requerimento Ramos de Azevedo foi logo “esquecido”. O queurgia era descobrir qual a verdadeira grafia do sobrenome de José, por muito tempo acreditou-se que seria “Hans”. José Hans? Hanz? José Kans ou Kanz?⁴ Com alguma variação, logo descobriu-se que era Kans ou Kanz, conforme atesta o termo de compromisso da “Directoria de Obras” no qual aparece como testemunha.⁵

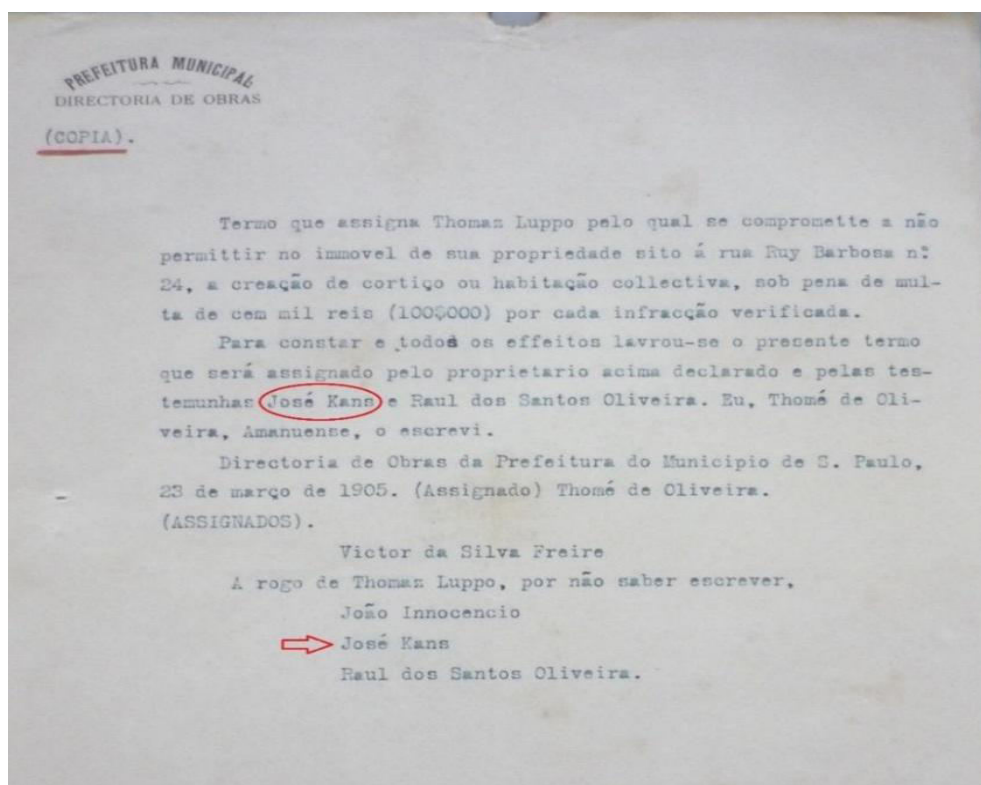


Figura 1 - Termo de compromisso da “Directoria de Obras” da Prefeitura de São Paulo. José Kanz como testemunha da “pedagogia” da cidade da higiene.

Fonte: AHMWL, Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Série Obras Particulares

O termo faz parte da “pedagogia” da construção da cidade formulada e ensinada por Victor da Silva Freire e seus engenheiros à frente da “Directoria de Obras” da Prefeitura

⁴ Optamos por utilizar “Kanz” com “z” e não com “s” uma vez que é a grafia mais corriqueira não só nos requerimentos das Obras Particulares como também nas outras fontes primárias que registraram a história da família Kanz em São Paulo.

⁵ A despeito do empenho pessoal em decifrar o “fenômeno” José Kanz, contei, ao longo do projeto, com a colaboração dos colegas historiadores Sheila Schneck, Elisângela Maria da Silva, Roberto Canado Jr. e Adilson Teodoro. Agradeço mais uma vez a todos eles pelo companheirismo de longa data no manuseio e interpretação dos papéis amarelados da história de São Paulo.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Municipal desde 1899. É comum encontrar nos processos de pedido de licença para construir extratos de leis, termos de compromisso e todo tipo de regulação que orientasse proprietários e construtores na produção do espaço. No caso em questão, Kanz, Raul dos Santos Oliveira e João Innocêncio foram testemunhas do proprietário, o italiano Thomas Luppo, orientado por Freire a não transformar sua propriedade, na rua Rui Barbosa no Bexiga, em “um cortiço ou habitação colectiva”. Receio recorrente entre os funcionários que implantavam àquela altura as premissas da cidade da higiene.

Contudo, o que fez de José Kanz uma testemunha sempre próxima aos desígnios da Prefeitura? Como pôde estar à frente de milhares de solicitações de alvará para construir em todos os cantos da cidade na primeira década do século XX? A resposta passa em parte pelo fato de ter ocupado um estratégico cargo na então “Secretaria de Obras”, poucos anos antes da assunção de Victor da Silva Freire como diretor, conforme portaria de 1897:

Por portaria desta data, foram nomeados para os cargos acima referidos os seguintes cidadãos:

Secretaria

Director, Benjamin Bueno.

Official, Raul de Toledo.

Escriturario, Francisco de Sousa Ribeiro.

Amanuenses: Benedicto Augusto de Aguiar e Raphael Fortunato de Oliveira.

Porteiro, Vicente Sommer.

Contínuo-servente, David Lourenço da Silveira.

Secção Technica

Director, dr. Luiz Cesar de Amaral Gama.

Ajudante, dr. Joaquim Octávio Nebias.

Engenheiros auxiliares, Heitor Gergotich e Emilio Pedroso.

Engenheiros alinhadores: drs. Jose Alves Paes Leme e Eugenio Silva.

Desenhista, Desiré Costes.

Architecto, Carlos Milanese.

Amanuense, Fernando Simões.

Almoxarife, Brazilio Marques.

Auxiliares alinhadores: Amaro Antonio Alves e **José Kanz**.

Ajudantes de Campo: Antonio Pereira Maia e José Mertüs.

Comissão Technica de Melhoramentos

Director, dr. João Pereira Ferraz.

Ajudante, dr. José Brant de Carvalho.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Arquitecto, Victor Andrew.

Primeiros auxiliares: Frederico Guilherme de Faria, dr. José Maria de Sá e Conrado Manuel Ereckesen.

Segundos auxiliares: Jorge Berthold, Florimond Colpaert e João de Camargo Rangel.

Escriturario, Antonio de Oliveira Ferraz.

Amanuense, Manoel Bento da Cruz.

Continuo servente, Cosme Alves dos Santos.

Por portaria também desta data foi nomeado director interino da Secretaria o official Raul de Toledo.

São Paulo, 4 de março de 1897

(Correio Paulistano, 06/03/1897, p.2)

A disposição dos cargos e de seus respectivos ocupantes, na "Secção Technica" e na "Comissão de Melhoramentos", aponta hierarquias sociais que vão além do organograma de poder da Intendência de Obras. Os engenheiros, além de dominarem a hierarquia, representavam abastadas e bem situadas famílias brasileiras, como os Nébias, os Paes Leme e os Amaral Gama (AMARAL,2006). Ainda entre os engenheiros, a multiplicidade das nacionalidades que conviviam no dia a dia da repartição é representada por Heitor ou Etori Gergotich, italiano diplomado pela Universidade de Pádua.⁶ Entre os funcionários ligados ao desenho e à arquitetura, mais dois estrangeiros, o "desenhista" francês Desiré Costes e o "arquitecto" italiano Carlos Milanesi, conhecido mestre de obras italiano e parceiro de Miguel Marzo no escritório "Milanesi & Marzo".⁷

Quanto à Kanz, o cargo de "Auxiliar alinhador" - responsável pelo alinhamento da testada do terreno junto do qual seria levantada a construção - deu a experiência necessária para ter influência entre os quadros funcionais da Prefeitura, assim como conhecer todas as regiões de uma cidade que se expandia a partir do loteamento das antigas chácaras que paulatinamente deram lugar aos bairros centrais.⁸ Todavia, sua intensa atuação não se deve

⁶ Correio Paulistano, 19/02/1898.

⁷ Desiré Costes também parece ter flutuado entre o cargo público de "desenhista" e os serviços privados de projetista de obras particulares. Em 1907, o francês esteve entre os ilustres convidados para o banquete oferecido pela colônia francesa em São Paulo ao Barão D'Anthouard, ministro francês em visita à cidade. Correio Paulistano, 11/08/1907, p.8.

⁸ Sobre a importância do alinhador/arruador na organização da produção do espaço urbano ver CAMPOS, Eudes. Arquitetura paulistana sob o Império - aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo. Tese de doutorado direto defendida na FAUUSP em 1997. Versão revista, ampliada e atualizada em 2013. Cap.2, p.80. Entre 1871 e 1893, a "Série" se caracteriza por requerimentos solicitando o devido alinhamento das testadas dos lotes em relação a via pública. A partir de 1893, a Intendência Municipal passou a exigir também a planta da obra a ser edificada e, por conseguinte, um alvará de licença para construir.

apenas ao cargo. Sua biografia profissional é parte da tradição construtiva germânica em terras paulistas desde meados do século XIX. Uma ampliação da escala de análise para a rede familiar de José Kanz se faz necessária para entender sua inserção.

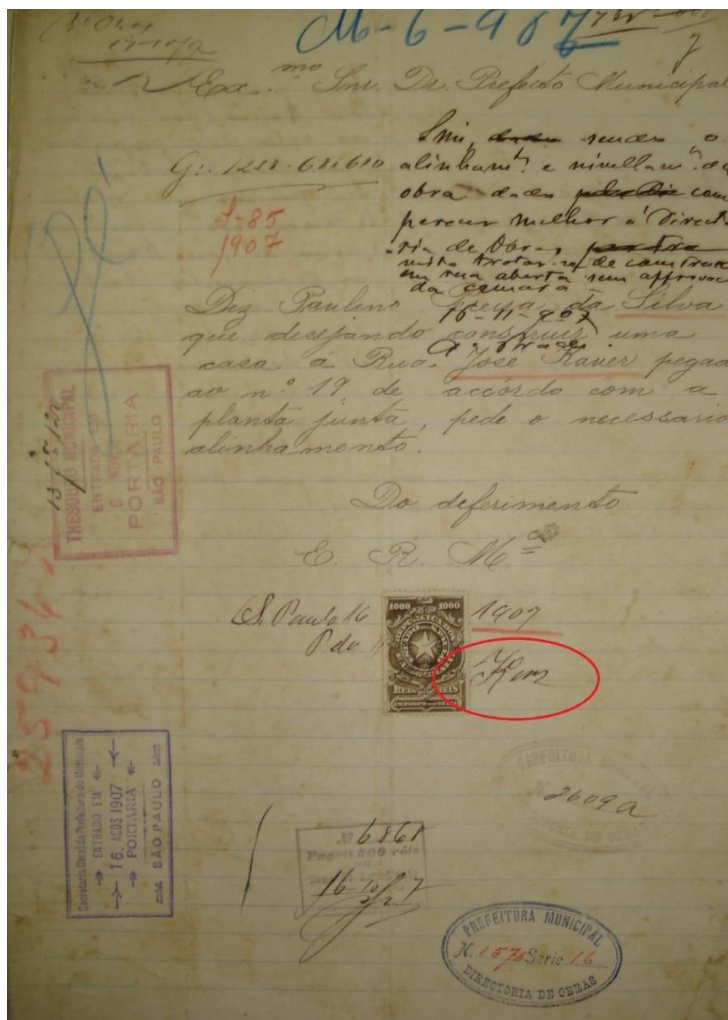


Figura 2 - Requerimento assinado por José Kanz solicitando alinhamento – a partir de 1893 já significava pedir alvará de licença para construir - para construir uma casa à Rua José Kauer, no Brás, em 1907.

Geralmente o empreiteiro assinava o requerimento pela parte interessada. No caso em questão, o proprietário Paulino Pereira da Silva. O pedido era, no início do XX, dirigido ao Prefeito Municipal. Notar a assinatura do Prefeito Antônio Prado na parte superior do documento. Quando o caso não era resolvido pelo corpo diretor de Victor Freire, a celeuma era levada ao arbítrio do Conselheiro.

Fonte: AHMWL, Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. Série Obras Particulares.

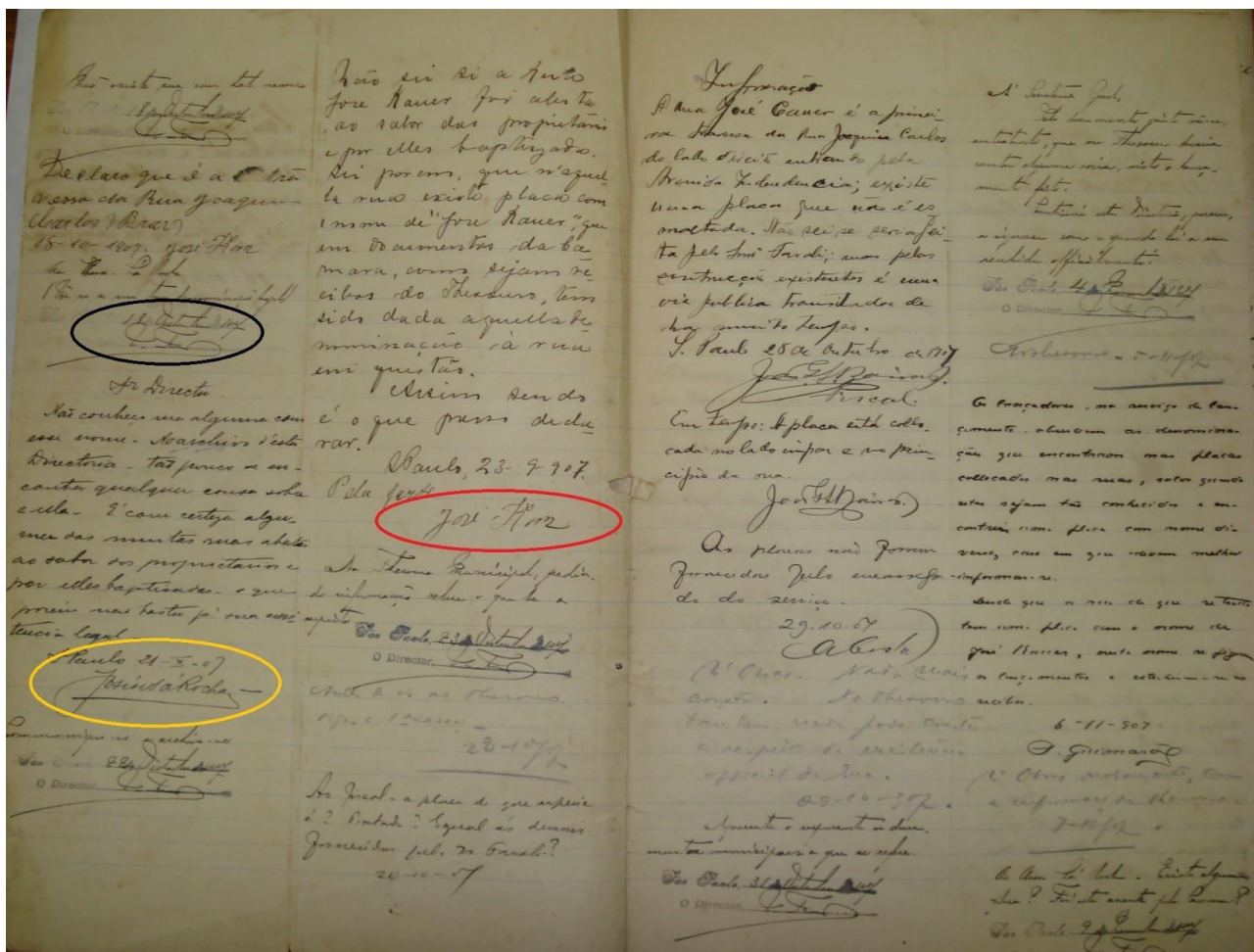


Figura 3 - Verso do requerimento com as considerações dos fiscais da Diretoria de Obras. No caso em questão, o engenheiro Sá Rocha argumenta que a rua José Kauer não existe e que "é com certeza alguma das muitas ruas abertas ao sabor dos proprietários e por elles baptizadas". José Kanz replica: "Não sei si a rua José Kauer foi aberta ao sabor dos proprietários e por elles baptizada, sei porém que n'aquela rua existe placa com o nome de 'José Kauer', que em documentos da Camara, como sejam recibos do tesouro, tem sido dada aquella denominação à rua em questão". Destacada no círculo preto a assinatura do diretor Victor da Silva Freire. Em amarelo, a assinatura do engenheiro José de Sá Rocha, e em vermelho a assinatura de José Kanz.

Fonte: AHMWL, Arquivo Histórico Municipal Washington Luis. Série Obras Particulares.

2. Mestre Valentim e a "filosofia kanciana"

Portanto, antes de José, outro Kanz fez carreira na construção civil paulista. A história do mestre Valentim não é de todo desconhecida. Eudes Campos Jr. (1997), Silvia Siriani (2003) e Pareto Jr. (2011) indicaram a importância do mesmo como um dos primeiros mestres de obras alemães que vieram, desde meados dos Oitocentos, trabalhar nas obras públicas da



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Província. Em 1858, Valentim já se destacava como “Inspetor Geral de Obras Públicas” liderando turmas de trabalhadores.⁹ Diante de sua intensa atuação em obras e reformas pagas pela “Presidência da Província”, logo surgiram acusações de favorecimento e incompetência, rebatidas pelo mestre em 1 de novembro de 1862:

Illm. Sr. Freguez do Braz

Achamos seu procedimento, tão demonstrativo de sua ignorância que não sabemos como lhe responder devidamente, e muito principalmente, não tendo v.s. tido a coragem necessária de assignar as sandices que mandou publicar. Estamos bem certos que o publico sensato nos fará justiça porque conhece o nosso character, e attendendo a circunstancia de que as obras do aterrado do Brás ainda não estão por concluidas e entregues; tornando-se portanto desnecessarios os *conselhos* de nosso inimigo gratuito, podendo ainda ficar certo, de que os engenheiros do governo encarregados de receber as obras, tem illustração bastante para poder dispensar *Espiritos Santos de Orelha* de sua qualidade. Em conclusão temos mais a dizer: que lhe responderemos mais amplamente, quando largar a capa cobarde e miserável do “Anonymo”.

São Paulo, 1º de Novembro de 1862

Valentim Kanz, mestre.

(Correio Paulistano, 04/11/1862, p.3)

As polêmicas em torno das obras do aterro do Brás se estenderam por toda a década e fazem parte da mesma celeuma entre Liberais e Conservadores quando das desastrosas atuações de Antônio Bernardo Quartim à frente das obras do Teatro São José (Campos Jr.,2009).¹⁰ Em 1869, outro “anônimo” publicava críticas ao andamento, desta feita, às obras

⁹ Correio Paulistano, 16/11/1858. “Expediente do Presidente da Província”.

¹⁰ O Capitão Antônio Bernardo Quartim (1822-1888) representa um sintomático exemplo do prelúdio do campo da engenharia e da arquitetura na cidade de São Paulo. Não à toa o arquiteto e historiador Eudes Campos (1997) se debruçou sobre a trajetória de Quartim para ressaltar a ruptura da tradição a partir dos “*novos valores burgueses que então se disseminavam por entre os setores mais avançados da sociedade paulista*”. No fogo cruzado entre os membros do Partido Conservador e os correligionários do Partido Liberal, Quartim foi alvo de grandes polêmicas, tendo sido acusado inúmeras vezes pelos liberais de não ter a competência necessária para exercer a função de “empreiteiro de obras”. Para além da desastrosa atuação do mesmo, trata-se de compreender os termos que designavam a posição de Quartim como construtor em função do discurso do progresso. Ele é o exemplo claro da flutuação dos termos que designavam o ato de projetar e construir no último quartel do século XIX. Ao mesmo tempo “Empresário leigo”, “mestre de obras” e “empreiteiro”, Quartim foi aos poucos sucumbindo diante do discurso da nova técnica e competência representadas pelos engenheiros diplomados. Seu pitoresco caso reafirma mais uma vez a redenção messiânica da ideologia do progresso através da engenharia, em sintonia com as notícias do cotidiano elencadas anteriormente, entre as “patas do progresso” e as permanências da escravidão. No entanto, não se trata apenas de uma disputa entre tradição e



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

de encanamento d'água para o Jardim Botânico. Depois de criticar Quartim (o administrador do Jardim) e o Sr. Coimbra (o engenheiro da Província) o denunciante constatava:

A questão resume-se ao seguinte dilemma:

Ou os tubos supportam a devida pressão ou não. No 1º caso porque não se faz a obra pelo modo mais facil e menos oneroso aos cofres públicos? Qual a necessidade de esbanjar os tres contos mais ou menos em que importa ella pelo logar em que está fazendo? Na 2ª hypothese para que as despesas com chafarizes e repuchos, correndo o risco de fazer rebentar os tubos, e como se explica o compromisso tomado com os particulares?

Além desse esbanjamento há outro que não podemos deixar passar desapercibido. É o excessivo salario pago por ordem do inspector das obras publicas a empregados até aqui desconhecidos. Sabemos com certeza que o Sr. Valentim Kans com o título de *conducteur* está ganhando o jornal de 8\$000 diarios.

Ignoramos quaes as funcções e obrigações do *conducteur*, mas parece-nos que a obra dirigida em pessoa pelo sr. barão de Itauna e tres engenheiros, não necessitava sinão de operarios e feitores.

Dar-se-ha acaso que o sr. Coimbra, suppondo ser o sr. Valentim parente de um antigo philosopho, queira fazer a obra segundo a philosophia Kanciana?

(O Ypiranga, 07/03/1869)

"Orgam do Partido Liberal em S. Paulo", o periódico "O Ypiranga" não poupou o sr. Coimbra, Valentim e seu sobrenome germânico dos trocadilhos e "imperativos categóricos" da filosofia do prussiano Immanuel Kant (1724-1804). O alvo maior certamente era o sr. Barão de Itaúna ou Cândido Borges Monteiro (1812-1872), do Partido Conservador e Presidente da Província de São Paulo, entre 27 de agosto de 1868 e 25 de abril de 1869 (Amaral, 2006). Já nos idos da década de 1870, o requisitado e contestado mestre sofreu um intrigante revés, um processo de penhora de bens em 1873:

Editaes

O dr. Francisco de Paula Rabello e Silva, juiz municipal desta imperial cidade e seu termo, por S. M. O Imperador, que Deus guarde, etc. Faço saber aos que este edital virem ou delle notícia tiverem, que o porteiro deste juízo, Benedicto da Costa Braga,

modernidade, mas de um discurso em função da formação de um campo cultural ainda inexistente. Para a trajetória de Quartim ver: CAMPOS, Eudes. O capitão Antônio Bernardo Quartim ou o ABC da Engenharia. INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 5 (25-26): jul/out.2009 <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

ou quem suas vezes fizer, ha de trazer em publico pregão de venda e arrematação, por espaço de vinte dias sucessivos, os bens abaixo mencionados, penhorados a Valentim Kans e sua mulher, na execução que por este juízo e cartorio do escrivão abaixo nomeado, lhes move Jacob Asser; e são elles os seguintes: uma morada de casas, sita na rua da Gloria desta cidade sob n. 48, contendo dous lanços, tendo em cada um duas janelas e uma porta de frente, com um pequeno terreno murado ao lado, e seu competente quintal, com poço de agua de beber, um telheiro e uma estrabaria; cuja casa e quintal dividem-se, por um lado, com terrenos dos executados, por outro com terrenos de Celestino Bourroul, e pelos fundos com terrenos do dr. Francisco José de Azevedo Junior; avaliada pela quantia de 3:000\$000. Um terreno sito na mesma rua da Gloria, contento 10 braças de frente, dividindo-se pelo lado esquerdo com propriedade dos executados, e por outro com a rua chamada – Oliveira, e pelos fundos com diversos proprietários; avaliado pela quantia de 200\$000. Uma casa sita na rua Senador Feijó, desta cidade, freguezia da Sé, sob n.23, com duas janelas e uma porta na frente, confrontando-se de um lado com a casa de Francisco Fernandes, de outro, com d. Francisca Cantinho, e pelos fundos com o quintal da casa da herança do finado Antonio Rodrigues Villares; avaliada por 2:800\$000. (Diário de S. Paulo, 03/07/1873)

O edital configura uma pequena síntese dos bens que o mestre Valentim Kanz adquiriu na cidade desde a década de 1850. Apresenta também as características da vida material, disposição do espaço e formas de habitar na São Paulo oitocentista. Ao mesmo tempo, é a pista para decifrar uma outra vida que, na lógica das tensões com o germânico Valentim Kanz, configura a dialética do particular e do universal das sociedades ocidentais do período, com as especificidades de um Brasil escravocrata. Trata-se de Jacob Asser.

3. Asser contra Kanz: uma contenda cosmopolita

Executor da ação de penhora contra o alemão Kanz, Jacob Asser era um judeu francês da região da Alsácia e Lorena, anexada em 1871 pelo Império Alemão de Otto Von Bismarck e do Kaiser Guilherme I. Por trás da ação da penhora uma rivalidade que atravessou a Europa central e o Atlântico. Em 1871, Asser e outros membros da colônia francesa em São Paulo publicaram uma nota de "Protestation" repudiando a ação do Kaiser e reafirmando o nacionalismo francês. A agitada vida do francês paulistano ainda seria marcada por outras polêmicas. Proprietário de um escravo chamado Carlos, em 1868 Asser se viu perante o tribunal do júri depois de sua "propriedade" ter sido acusada de assassinar um português



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

chamado Motta. A priori, tomado de ciúmes por conta de um suposto adultério entre sua esposa Maria Luiza e o português Francisco José da Motta, Carlos seguiu ambos até a estrada do Vergueiro, no caminho de Santos, e barbaramente os matou. O caso teve grande repercussão entre os estudantes e professores da Faculdade de Direito e contou com a defesa do dr. José Maria Correa de Sá e Benevides:

Jury – Na sessão de 21, que terminou a 22, pelas 4 horas da manhã, foi julgado o importante processo em que é a justiça autora e o réu o africano Carlos, escravo de Jacob Asser, acusado como perpetrador dos homicídios de sua mulher Maria Luiza e do português Francisco José da Motta. A acusação foi sustentada brilhantemente, em face da vigorosa defesa, de que se encarregara o exm. sr. dr. Benevides, uma das mais belas inteligências da nossa Faculdade jurídica. Os dous atletas do direito mediram armas e provaram forças com tal denodo, que o publico admirado, e o auditório ilustrado, não sabe a quem conferir a palma da victoria na justa renhida da dialectica. Saudamos sinceramente o jovem jurisconsulto. O réu foi condenado a galés perpétuas por maioria absoluta de votos.

(O Ypiranga, dezembro de 1868)

Certamente, o leitor de hoje há de se espantar com o resultado do julgamento. Todavia, galé perpétua para um “escravo assassino” era visto por alguns como redenção mais do que razoável naquela situação. Daí as efusivas palmas para a defesa contratada por Jacob Asser. Já na década de 1870, Asser protagoniza ainda alguns episódios pitorescos. Depois de perder esposa e sogro em 1875, resolveu processar o cunhado Antonio Francisco Pedroso, provavelmente por conta de divisão de bens dos falecidos. Em 1879, manda publicar uma “declaração” um tanto curiosa, mas bastante coerente com seu fervor nacionalista:

Jacob Asser, cidadão francez, declara que não autorizou á pessoa alguma para naturalisal-o brasileiro. É levado a essa declaração para que não o incomodem agora, como já o incomodaram em 1868.

S. Paulo, 26 de maio de 1879.

(Correio Paulistano, 27/05/1879)

Não sabemos o exato motivo, mas depois das atribulações citadas, Asser – controversa figura – foi condenado à prisão em 1883. Depois de pedir uma espécie de perdão Imperial, vamos encontra-lo novamente interdito pelo juiz de “orphãos”:



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Interdição á Jacob Asser

O doutor Manoel Antonio Dutra Rodrigues, juiz de orphãos interino nesta imperial cidade de S. Paulo e seu termo, etc. etc. Faço saber aos que o presente edital virem, ou delle notícia tiverem, que Jacob Asser, morador em a rua da Gloria nesta capital, por sentença do meritíssimo doutor juiz de direito da 1ª vara, datada de hontem, foi julgado interdito para reger a sua pessoa e administrar os seus bens por se achar demente; havendo-lhe dado curador, cuja nomeação recahiu na pessoa do doutor Carlos Reis, que já prestou juramento e entrou no exercicio desse cargo: mando por isso que, de ora avante, ninguem contracte com o referido interdito Jacob Asser, sob pena de nullidade. E para que chegue á noticia de todos mandei também lavrar este e mais dous de igual teor para serem affixados nos lugares do costume, e publicado pela imprensa, de que se lavrarão as necessarias certidões onde convier. Dado e passado nesta imperial cidade de S. Paulo, aos 8 de novembro de 1884. Eu, Januario Moreira, escrivão que o escrevi. – Manoel Antonio Dutra Rodrigues.

(Correio Paulistano, 09/11/1884)

De figura notória à demência e interdição, Asser certamente se viu arrebatado pelos dispositivos de controle e segurança da sociedade disciplinar em consolidação. Teria sido o judeu francês alvo das perseguições da São Paulo católica? De qualquer forma, a partir de 1885 seus bens são aos poucos arrematados em leilões:

Arrematação de 4 casinhas sitas á travessa da rua dos Ingleses, pertencentes ao interdito Jacob Asser

(...) após audiência do sr. dr. juiz de orphãos, se fará praça para arrematação destas propriedades, que se acham avaliadas a 600\$000 cada uma, e constam de porta e janela de frente, tendo sala, alcova, cosinha, e pequena área; com a numeração de 2, 4, 6 e 8.

(Correio Paulistano, 23/04/1885)

Num outro edital de leilão na própria casa de Asser, é possível verificar os objetos de cultura material do cotidiano do "interdito":

Arrematação dos bens moveis pertencentes ao interdito Jacob Asser

De conformidade com os editais afixados, faço publico que no dia 8 do corrente mez (quinta-feira) as onze horas, em a rua da Gloria, a casa n.61, pertencente ao



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

interdicto Jacob Asser, se fará praça para arrematação de seus bens moveis, em cujo numero se acham compreendidos os seguintes objetos:

Uma cômoda, avaliada por 12\$000

Um armario \$500.

Dois lavatorios e pertences por 3\$000.

Uma cama franceza 25\$000.

Um sofá de encesto por 20\$000.

Dois consollos por 6\$000.

Um revolver de 6 tiros por 3\$000.

Um tacho de cobre por 8\$000.

(Correio Paulistano, 08/01/1885)

Ao que tudo indica, a rara cama francesa de Asser parece ter sido alvo das maiores cobiças. Em todo caso, em uma década, Asser, de executante de uma penhora contra Kanz, tornara-se o próprio penhorado. Celeumas, tensões, estratégias de sobrevivência e histórias cruzadas que levaram dois estrangeiros à bancarrota. Quanto ao mestre Valentim Kanz, os reveses e as disputas políticas não impediram que seu prestígio e redes de sociabilidade para além da colônia germânica, permitisse aos seus filhos uma inserção ativa na sociedade paulistana em transformação. Casado com Anna Maria Kanz, foi pai de seis filhos. Identificam-se alguns deles a partir de atividades comerciais, funcionais e artísticas exercidas na cidade. Carlos Kanz (1855-1878), artista e funcionário de Victor Nothmann, o provável filho mais velho do mestre Valentim, falecido aos 23 anos¹¹; João Baptista Kanz, tipógrafo, Valentim Kanz (o filho), contínuo da Câmara dos Deputados, Theodoro Kanz, negociante; José Kanz, auxiliar alinhador e, a posteriori, agenciador de milhares de obras na capital. O casal teve ainda duas filhas, Balbina Kanz, que se casou com o sr. João Rodrigues de Castro e Filippina Kanz Queiroz, casada com um membro da família Queiroz.

O mestre Valentim faleceu de pneumonia (além do provável desgosto da penhora dos bens) e foi sepultado no Cemitério Municipal (Consolação) no 17 de abril de 1880:

Obituario

Sepultaram-se no Cemitério Municipal os seguintes cadáveres:

Dia 17

¹¹ Diário de S. Paulo, 03/07/1878. "Carlos Kanz, 23 annos, solteiro, brasileiro: albuminuria". A *causa mortis* da albuminúria é a insuficiência renal.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Dario, 3 mezes e meio, filho de Juliana, escrava de d. Maria Barbosa de Almeida e Silva. Bronchite.

Joanna, 22 mezes, filha legitima de João das Chagas Fernandes. Afecção gastro intestinal.

Valentim Kanz, alemão, 55 annos, casado. Pneumonia.

(Correio Paulistano, 17/04/1880, p.3)

Numa nota discreta, e acompanhado pelo bebê de uma escrava, o mestre de obras alemão deixava as disputas do governo dos vivos para trás. Quanto aos descendentes, Valentim Kanz (1863-1911, o filho) não foi figura menos notória. Em 1887, foi registrado como eleitor do Império na Comarca de São Paulo, "Parochia da Sé", "Districto do Sul", "12º Quarteirão" com a idade de 24 anos, solteiro, negociante, filho de Valentim Kanz e com a módica renda de 600\$000.¹² Para se ter uma ideia do abismo nas hierarquias de renda, o conhecido advogado, empresário e político do Partido Liberal o Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (1842-1903) foi registrado com a renda de 4:000\$000.

Domiciliado à rua Espírita, n.13, entre a Liberdade e o Cambuci, a década de 1890 foi decisiva para Valentim "filho". Tornou-se funcionário público, "contínuo da Câmara dos deputados". No tribunal do "Jury", foi intérprete de um réu suíço acusado de assassinato¹³ e, em 1892, casou-se com Clementina dos Santos Marques.¹⁴ Todavia, uma das grandes questões de sua vida parece ter sido a causa abolicionista, conforme atesta pedido de publicação de 1890:

"Sr. redactor – Pedimos o favor de publicar a seguinte noticia: Um grupo de abolicionistas pretendendo prestar homenagem ao chefe do abolicionismo no norte deste Estado – João China, mandaram imprimir o jornal "A Patria" com o retrato do mesmo cidadão saudando o seu anniversario natalício (49) hoje 24 do corrente pelo que ficamos gratos.

A Comissão, Valentim Kanz, I. de Araújo Lima, Arthur Carlos".

(Correio Paulistano, 24/07/1890)

¹² Correio Paulistano, 01/12/1887.

¹³ Correio Paulistano, 09/07/1890. "Apresentou-se ao tribunal, para ser julgado, o réu Jacob Gssel, natural da Suissa, de 37 annos de idade, casado, modelador, sabendo ler e escrever, acusado de haver assassinado o seu companheiro de trabalho, Guilherme Zurgens, tambem suisso, em lucta havida entre ambos, nas officinas de Lacerda, Camargo & Comp., arremassando uma plaina, sobre a cabeça de Guilherme, produzindo fractura do craneo. Não sabendo o acusado falar portuguez, foi nomeado para seu interprete o sr. Valentim Kanz. "

¹⁴ Correio Paulistano, 13/04/1892.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Se seu pai viera da conturbada Confederação Germânica na condição de trabalhador livre para atuar nas obras públicas da Capital, Valentim não deixara de sentir os horrores da sociabilidade escrava no cotidiano da cidade. Quanto ao homenageado, não está entre os abolicionistas mais conhecidos pela historiografia. Trata-se de João Rodrigues de Oliveira Silva ou, por *antonomásia* (como costumava escrever ao final de seus textos), João China. Advogado e membro do Partido Liberal, foi figura pública das mais atuantes em Caçapava, além de inveterado abolicionista.¹⁵

Valentim Kanz também foi tenente da Guarda Nacional, a priori mais uma possibilidade de inserção e busca de *status* numa corporação herdada das fileiras do Império. Em 1906, pediu aposentaria por invalidez e por contar mais de 15 anos como contínuo da Câmara dos Deputados. E, em 1911, falece aos 8 dias do mês de janeiro. Valentim Kanz e Clementina, sua esposa, deixaram uma única herdeira, a menor Agrippina Kanz. Orfã e aparentemente desamparada pelos tios e parentes mais próximos, Agrippina foi alvo de uma execução hipotecária que lhe tomou a casa da rua Espírita no Cambuci.¹⁶ A sina de penhoras sofridas pelos Kanz teve uma duração considerável.

4. José Kanz, o empreiteiro

Quanto a José, seus vínculos desde cedo penderam para a família do cunhado João Rodrigues de Castro, casado com Balbina Kanz. Em 1877, ainda bem jovem, foi secretário do *Club Therpsicoreense*, aparentemente um clube de dança da colônia alemã em São Paulo.¹⁷ Na década de 1880 foi proprietário, em parceria com irmãos e com seu cunhado João Rodrigues de Castro, de duas charutarias ou de uma só, mas com mudança de denominação e endereço. A "Kanz & Castro Charutaria Oriental" no Largo Municipal, nº19 e a "Kanz, Irmãos &

¹⁵ Em junho de 1883 se envolveu na causa de liberdade de 78 "libertandos" em Caçapava. João China enfrentou o poderoso deputado, do Partido Liberal, Antonio Moreira de Barros (1841-1896), que movia uma ação para reduzir os libertandos novamente à escravidão. Segue a transcrição do imbróglio: "Causa da Liberdade. Foi-nos comunicado hontem o seguinte telegrama do advogado de Caçapava o Sr. João China: 'Chegou soldadesca. Palhaçada. 78 homens manumitidos. Querem prender. Veremos. Chefe de policia iludido. Juiz suspeito'. Na mesma ocasião recebemos a seguinte comunicação: 'Este telegrama refere-se aos 78 escravos que há tempos pleiteiam a liberdade no fôro de Caçapava. Esses manumitidos – que se julgam livres por declaração do finado senhor, foram depositados naquella localidade, e quem move a causa para redusil-os novamente a captiveiro é o deputado geral Moreira de Barros.'" Correio Paulistano, 23 de junho de 1883.

¹⁶ Correio Paulistano, 03/07/1911.

¹⁷ Terpsicore ou Terpsícora, do grego Τερψιχόρα, é uma das nove musas da cosmogonia grega e significa "a que goza das danças": é um composto do verbo grego τέρπομαι e de χορός, "dança".



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Companhia. *Charutaria Aymoré*” no Largo da Sé, 2D.¹⁸ Sem muito sucesso nos negócios com o tabaco, José Kanz, seguindo o caminho do irmão Valentim, ingressou nos quadros do emprego público na década de 1890. A partir daí já conhecemos sua inserção na hierarquia da Intendência de Obras e seus conhecimentos e redes de sociabilidade. Somados ao capital simbólico na construção civil, herdado do mestre Valentim, o fenômeno José Kanz se anuncia mais plausível.

A carreira pública de José durou menos de uma década. A partir da “Diretoria de Obras” de Victor da Silva Freire – imbuído dos desígnios de modernização do quadro de profissionais que passavam a compor o corpo administrativo da Prefeitura de Antônio da Silva Prado – seu nome não é mais encontrado no quadro de funcionários. Todavia, a partir do primeiro quinquênio do século XX passa a figurar em centenas de requerimentos solicitando alvará de licença para construir e reformar. No período abarcado por nossas pesquisas na “Série Obras Particulares”, entre 1906 e 1914, dentre os **27.790**¹⁹ projetos submetidos à Diretoria de Obras da Prefeitura Municipal, Kanz assinou como “interessado”²⁰ – já do outro lado do balcão e representando os interesses da iniciativa privada – aproximadamente **1.134** requerimentos solicitando alvará de licença para construir e reformar em absolutamente todas as regiões da cidade, o que corresponde a aproximadamente **4%** dos pedidos do referido período.²¹

¹⁸ Os anúncios da charutaria forma publicados na edição de 1887 do “Almanach da Província de São Paulo”. Instituto de Estudos Brasileiros – IEB -USP.

¹⁹ Dentre os milhares de pedidos do referido período eram poucos aqueles que eram indeferidos pela fiscalização da Diretoria de Obras. No geral, a maioria esmagadora recebia um “lavre-se alvará” de Victor da Silva Freire e estavam, desse modo, autorizadas as construções. Poder-se-ia argumentar que as edificações “reais” não correspondem ao volume aprovado pela diretoria e que muitas edificações nunca saíram do papel. No entanto, pela longevidade da atuação de muitos construtores – alcançando a regulamentação em 1933 – e pela própria materialidade do conjunto urbano (sobretudo de casas e armazéns) que ainda teima em resistir contra a especulação imobiliária nos bairros centrais dos dias de hoje, podemos tomar a “Série Obras Particulares” como “atestado” significativo – mas não o único – da cidade que foi produzida e controlada pelos poderes públicos do início da República. Não à toa a atuação pioneira de um engenheiro fiscal como Arthur Saboya levou a Diretoria de Obras a chamar o Código de Obras do Município, sistematizado em 1929, de “Código Arthur Saboya.”

²⁰ Com efeito, a assinatura como “interessado” não é garantia de uma automática identificação do assinante como “construtor”, “empreiteiro” ou qualquer outro termo que designasse projeto e construção no período. No entanto, a leitura em série de milhares de requerimentos nos permitiu identificar um *modus operandi* corriqueiro de que entre os nomes que apareciam como assinantes, confrontados com outras fontes de registros de empreiteiros da Prefeitura Municipal, eram geralmente os “empreiteiros” das possíveis obras, muitos deles projetando e construindo, a separação entre canteiro e desenho que definiria a profissão a partir da década de 1930 estava ainda nos seus primórdios. Para a imbricação entre os termos que designavam o ato de projetar e construir entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX ver PARETO JR., L. *O cotidiano em construção*: os práticos licenciados em São Paulo, 1893-1933. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017.

²¹ As referências estatísticas são baseadas em nossos levantamentos na Série Obras Particulares e cotejados com a digitalização dos projetos no <http://www.projetosirca.com.br/>. Site que resultou do projeto de políticas públicas anteriormente mencionado.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Ano	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	Total
Nº de projetos de Kanz	313	247	220	182	71	22	5	63	11	1.134
Nº total de projetos	1.798	1.746	2.094	2.666	3.006	3.897	4.470	5.536	2.607	27.790

Tabela 1 - Tabela com os requerimentos solicitando alvará de licença para construir e reformar assinados por José Kanz entre 1906 e 1914, em comparação com o total anual de requerimentos submetidos à Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura de São Paulo.

Fonte: AHMWL-SP - Série Obras Particulares

Uma vez conhecedor dos trâmites burocráticos, Kanz negociava com proprietários, argumentava e confrontava funcionários da Diretoria de Obras, associava-se a outros construtores. Em suma, intermediava conflitos e fazia negócios. Num momento de indistinção entre as categorias profissionais que designavam o ato de projetar e/ou construir e na esteira de um quadro profissional de diplomados ainda em construção, José Kanz foi - tanto pela herança das redes profissionais do mestre Valentim, quanto pela própria experiência num "fazer-se" agente da construção civil (dos dois lados do balcão) - "empreiteiro" paradigmático na transição entre uma atuação profissional que ainda girava a descoberto e uma outra que dependeria da lógica do corporativismo e do diploma exigido pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura-CREA a partir do decreto lei que regulamentou a profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor em 1933. Desse modo, é preciso abordar a trajetória de empreiteiros como Kanz a partir de sua própria experiência na produção da cidade e não nos moldes ou modelos profissionais que só triunfaram após 1933. De fato, pelo grau de participação atestado por suas respostas corriqueiras aos funcionários da Diretoria de Obras, Kanz cuidava da papelada, estava presente nos canteiros - talvez não sujando os pés de lodo como os pedreiros que provavelmente contratava - e também tinha sua participação como projetista. Termos, conceitos e práticas que estavam muitas vezes imbricados e sem a distinção construída após 1933 (PARETO JR.,2016).



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Com efeito, não podemos atribuir o fenômeno José Kanz apenas à atuação individual do mesmo, ao contrário, participou e ajudou a constituir uma rede de profissionais que supriu a demanda da construção civil no momento de uma explosão demográfica que mudou definitivamente os rumos da cidade de São Paulo. Assim, Kanz esteve à frente, portanto, de uma espécie de escritório técnico que não figurou entre aqueles mais consagrados pela historiografia, sendo considerado produtor de uma "arquitetura menor". Arquitetura que, a despeito dos juízos de valor construídos *a posteriori*, dominou a paisagem urbana de São Paulo e de tantas outras cidades brasileiras (FRANCISCO,2013). Quanto aos seus projetos, suas plantas raramente apresentavam a fachada da edificação, apenas seguiam os trâmites do Padrão Municipal, ou pelo menos tentavam seguir, uma vez que entravam em constante conflito com as novas premissas implantadas pelos engenheiros fiscais Arthur Saboya, José de Sá Rocha e Luiz Bianchi Betoldi, a trinca de ferro que sustentava as ações do diretor Victor Freire e do Prefeito Antonio da Silva Prado.

Durante pelo menos uma década (1905-1915), por conta de sua ampla atuação, Kanz esteve envolvido diretamente nos imbróglios mais candentes da tentativa de controle da produção da cidade por parte dos poderes públicos municipais, conforme atesta requerimento de 1907:

Exmo Snr. Dr. Prefeito

Diz José Kanz que tendo sido encarregado de fazer uma planta para construção de uma barracão destinado a uma fabrica de sabão e sito á rua Catão canto da rua Roma (Villa Sophia) vem por meio deste pedir a V^a Ex^a digne-se a mandar a Directoria de Obras informar si o local presta-se para a dita fabrica e bem assim se pode ser concedida a licença para os proprietários da fabrica encanarem as aguas servidas para um correjo que fica próximo conforme vê-se num esboço junto.

Do deferimento

E.R.M (Espera receber mercê)

São Paulo, 4 de dezembro de 1907

José Kanz

(AHMWL -Série Obras Particulares)

Além de evidenciar sua participação como encarregado pela planta e sua assinatura como requerente e interessado, põe na berlinda a industrialização de São Paulo e o problema do seus rios e córregos. No caso em questão, um longo parecer do engenheiro Bianchi Betoldi submeteu o pedido ao "Serviço Sanitário".



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

5. Dos projetos, parcerias e clientela

Nas fronteiras tênues entre os poderes públicos e a iniciativa privada, podemos afirmar, portanto, que José Kanz contribuiu decisivamente para a produção da cidade. Seguindo e eventualmente burlando as normas edilícias, deu feição à cidade das casas simples, dos armazéns do cotidiano popular e das pequenas oficinas e fábricas. Na estética do desenho da arquitetura simples, mas nem por isso menor, sua produção e associação tentacular alcançou a região central, deu forma às ruas de bairros centrais e suburbanos, atingiu as várzeas do Tamanduateí e Tietê, indo até a região de Santana. Apresentamos adiante, entre obras novas e reformas, parte de sua principal produção.

a) Projetos residenciais e de uso misto

Dos milhares de projetos encampados pelo descendente do mestre Valentim, a maioria é constituída por pequenas e médias residências. Produção maior da maioria dos construtores não-diplomados. Os projetos residenciais de Kanz flutuam entre a casa de “padrão operário”, com 3 cômodos, e a casa de classe média com 4 ou 5 cômodos (GENNARI,2005; SCHNECK,2010). Na década de 1900, seus projetos raramente contam com elevação. Junto às residências, a coexistência dos armazéns e pequenas oficinas. Assinou como interessado, entre 1906 e 1914, aproximadamente **812** requerimentos solicitando a construção de residências (**667**) e residências de uso misto, com comércio (**145**). Seguem abaixo alguns dos principais projetos.

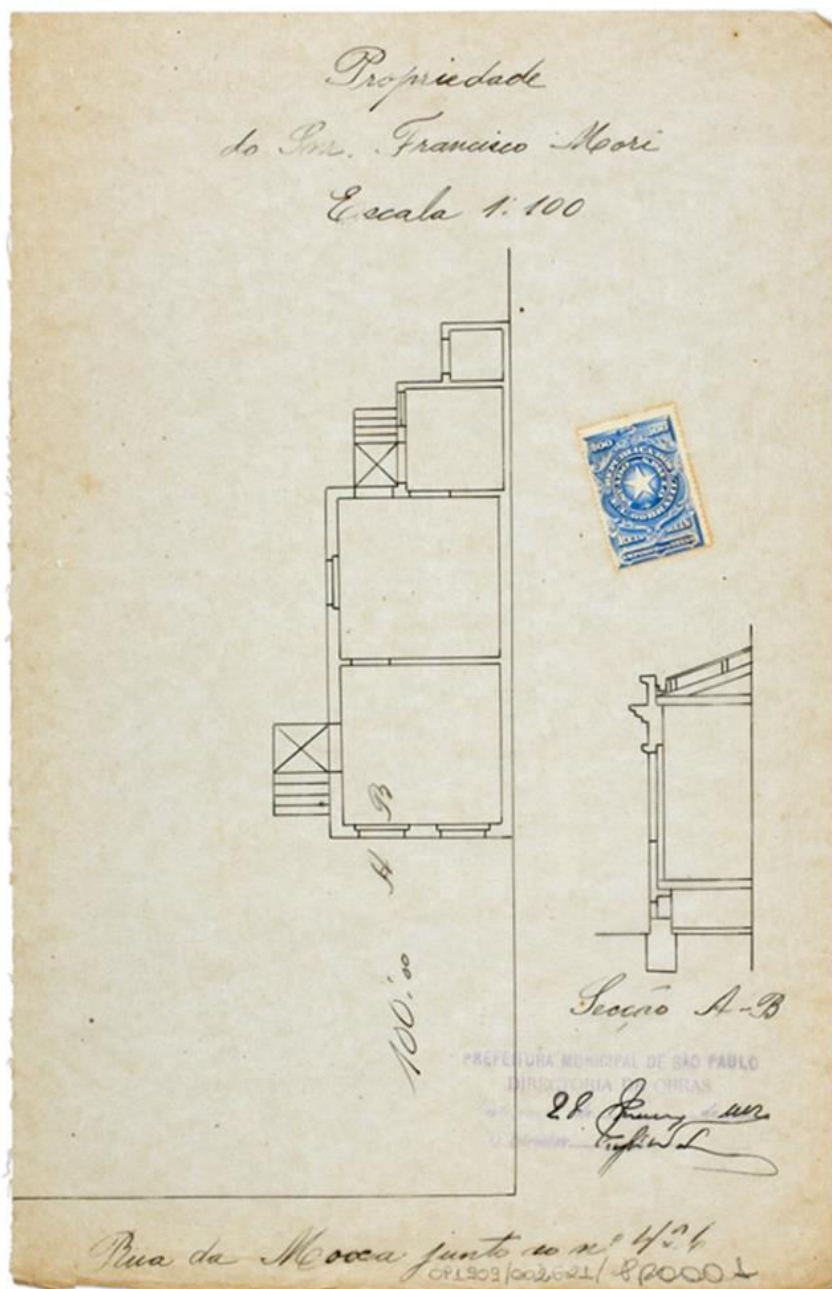


Figura 4. Projeto para construção de uma casa simples, três cômodos e latrina na rua da Mooca. Ano: 1909. Bairro: **Mooca**. Proprietário: Francisco Mori.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

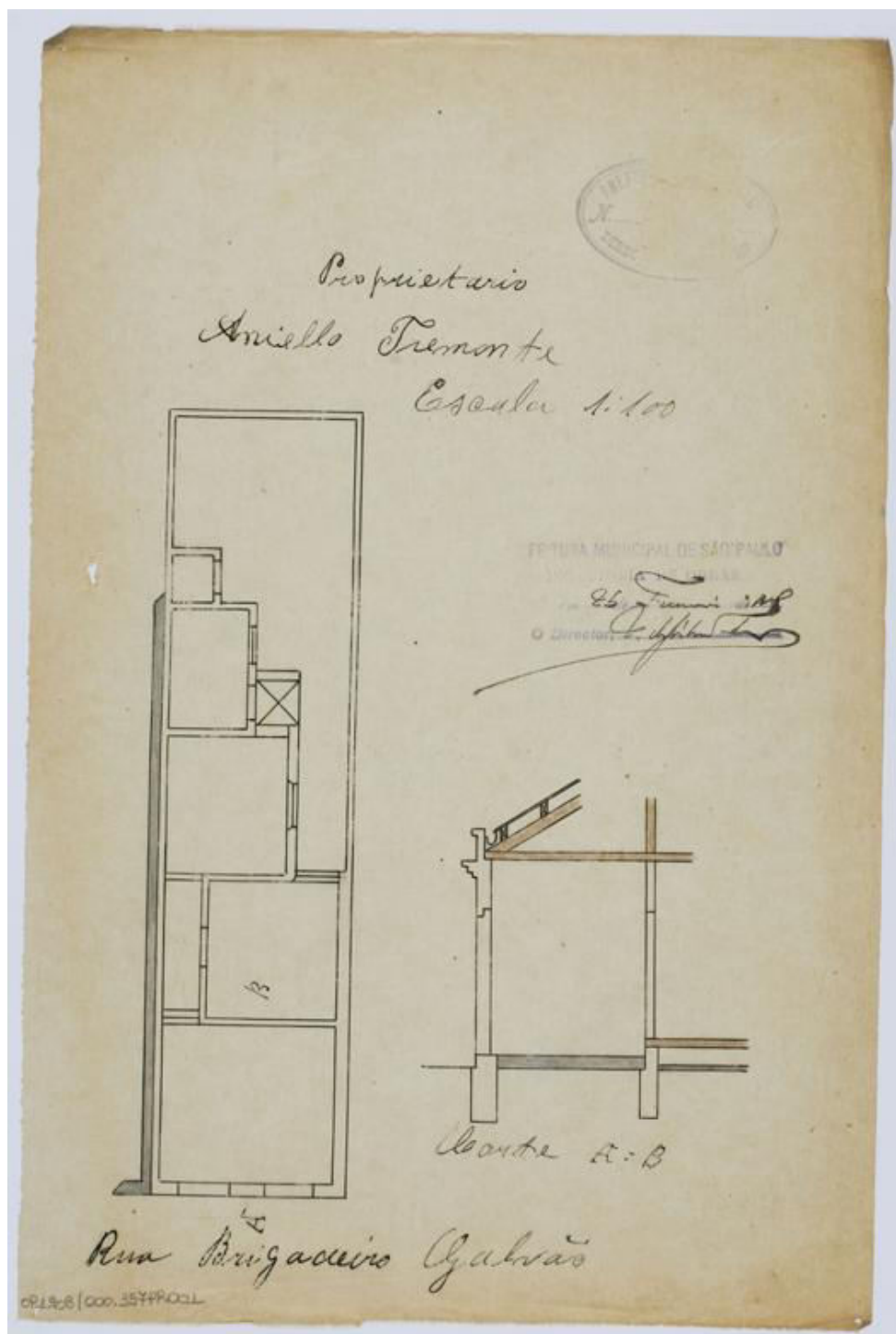


Figura 5 - Projeto para a construção de padrão médio simples na rua Brigadeiro Galvão. Ano: 1908. **Barra Funda**. Proprietário: Aniello Fremonte.

Fonte: Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

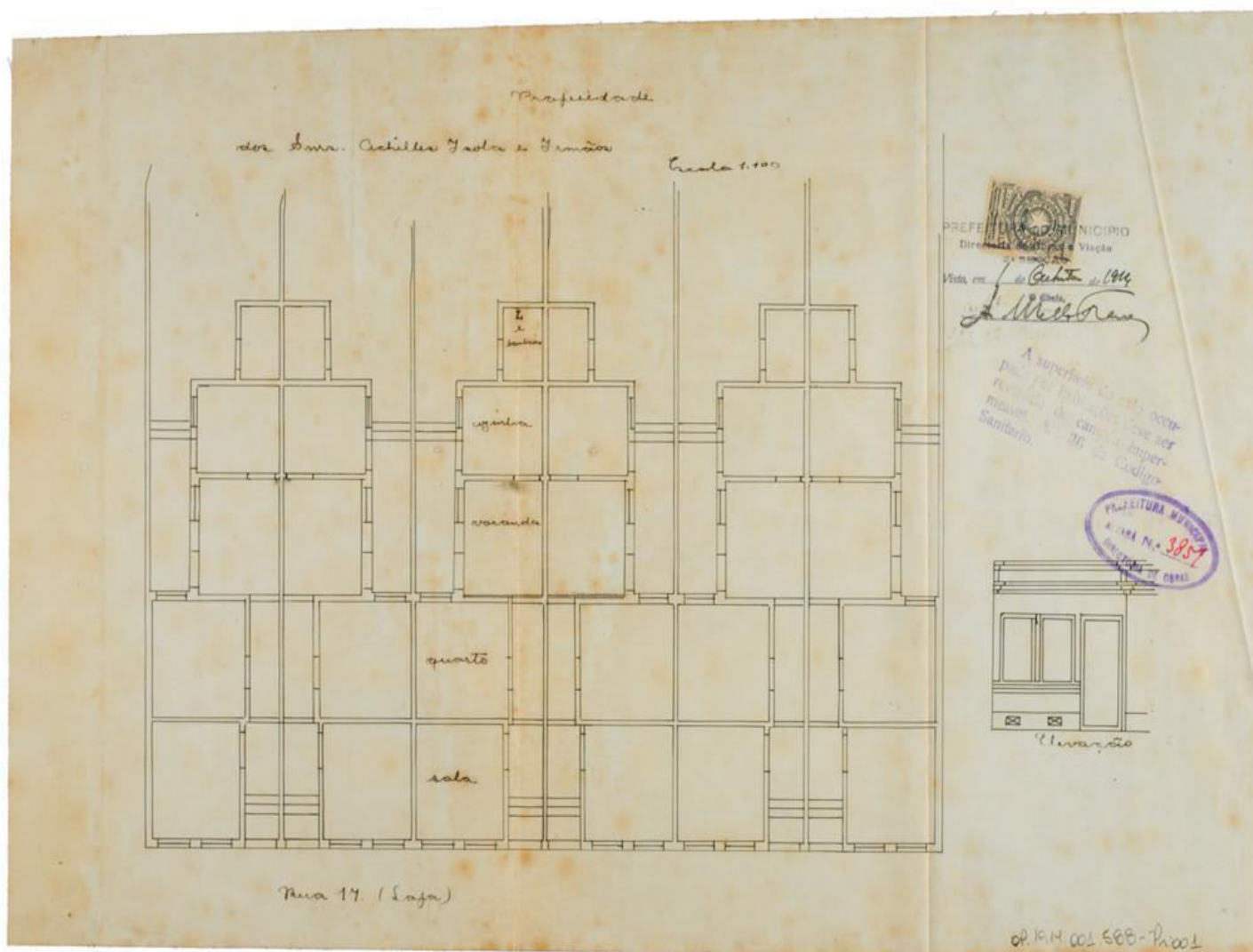


Figura 6 - Projeto para a construção de seis casa em série na rua 14. Ano: 1914. Bairro:

Lapa. Proprietários: "Achiles Isola & irmãos."

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

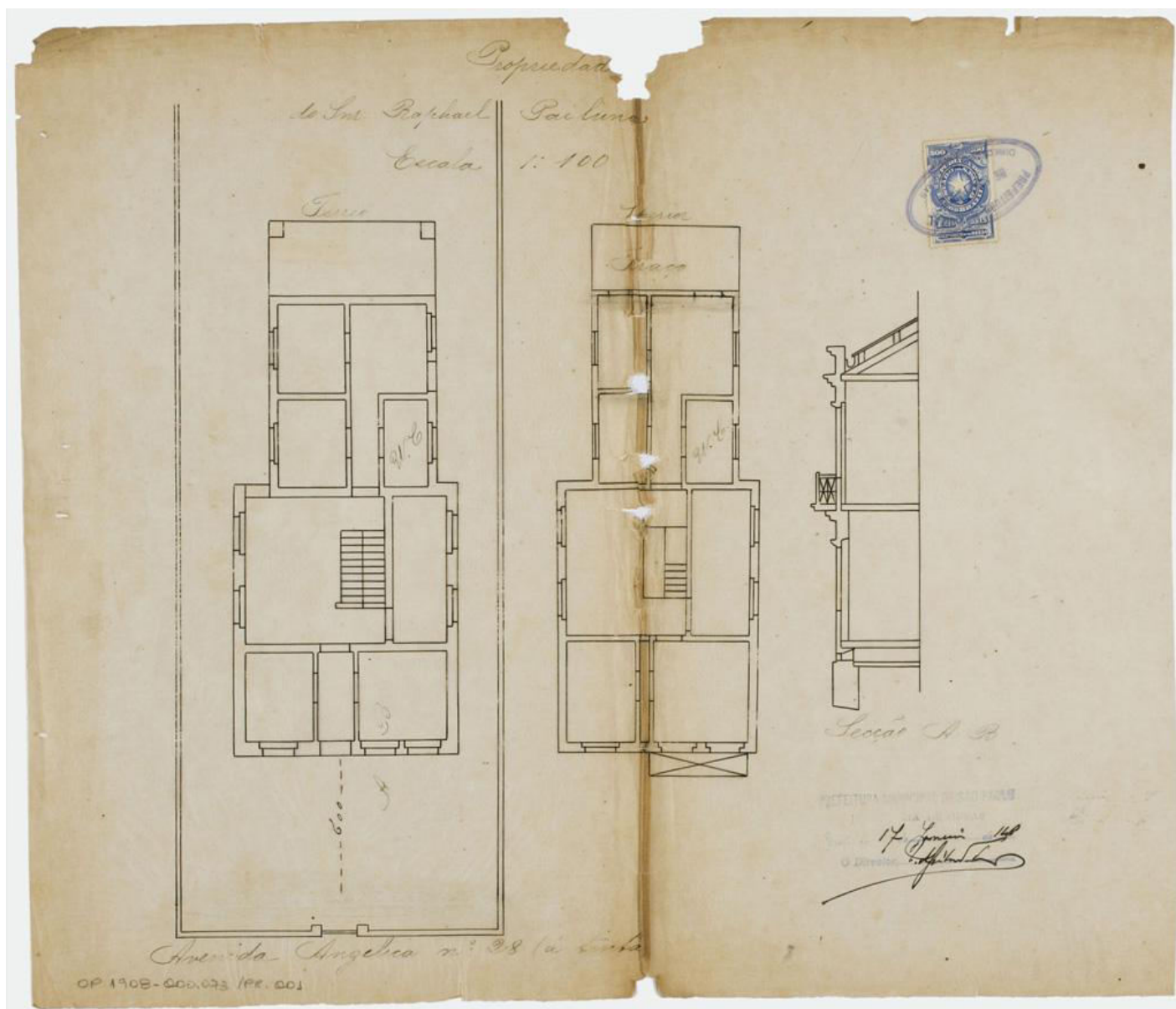


Figura 7 - Projeto para construção de uma casa de padrão médio alto na Avenida Angélica. **Ano:** 1908.

Bairro: **Higienópolis**. Proprietário: Rafael Pailunca.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

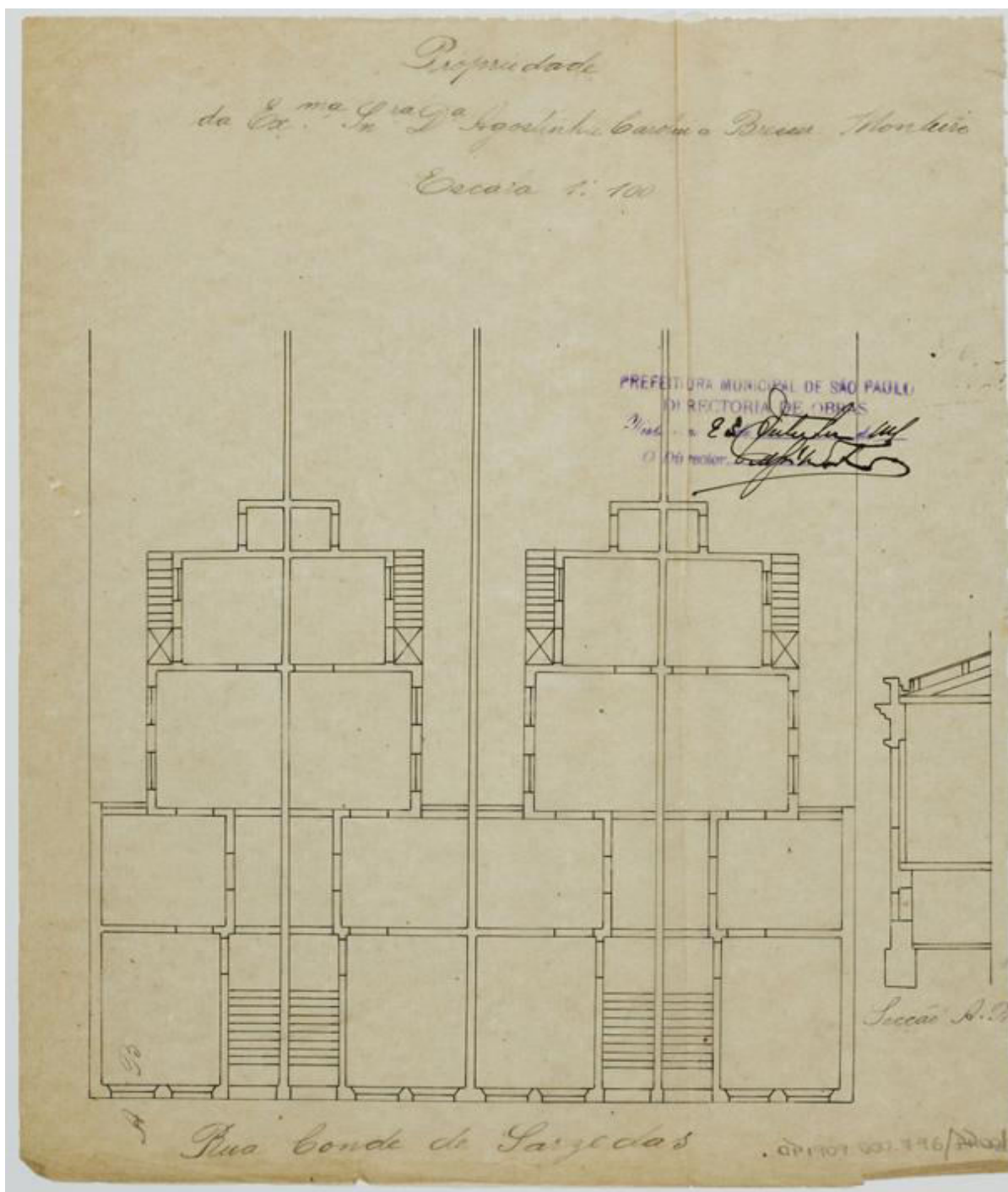


Figura 8 - Projeto de quatro casas em série na rua Conde de Sarzedas. Ano: 1909. Bairro: **Sé**. Proprietária: Dona Agostinha Carolina Bresser Monteiro.
Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

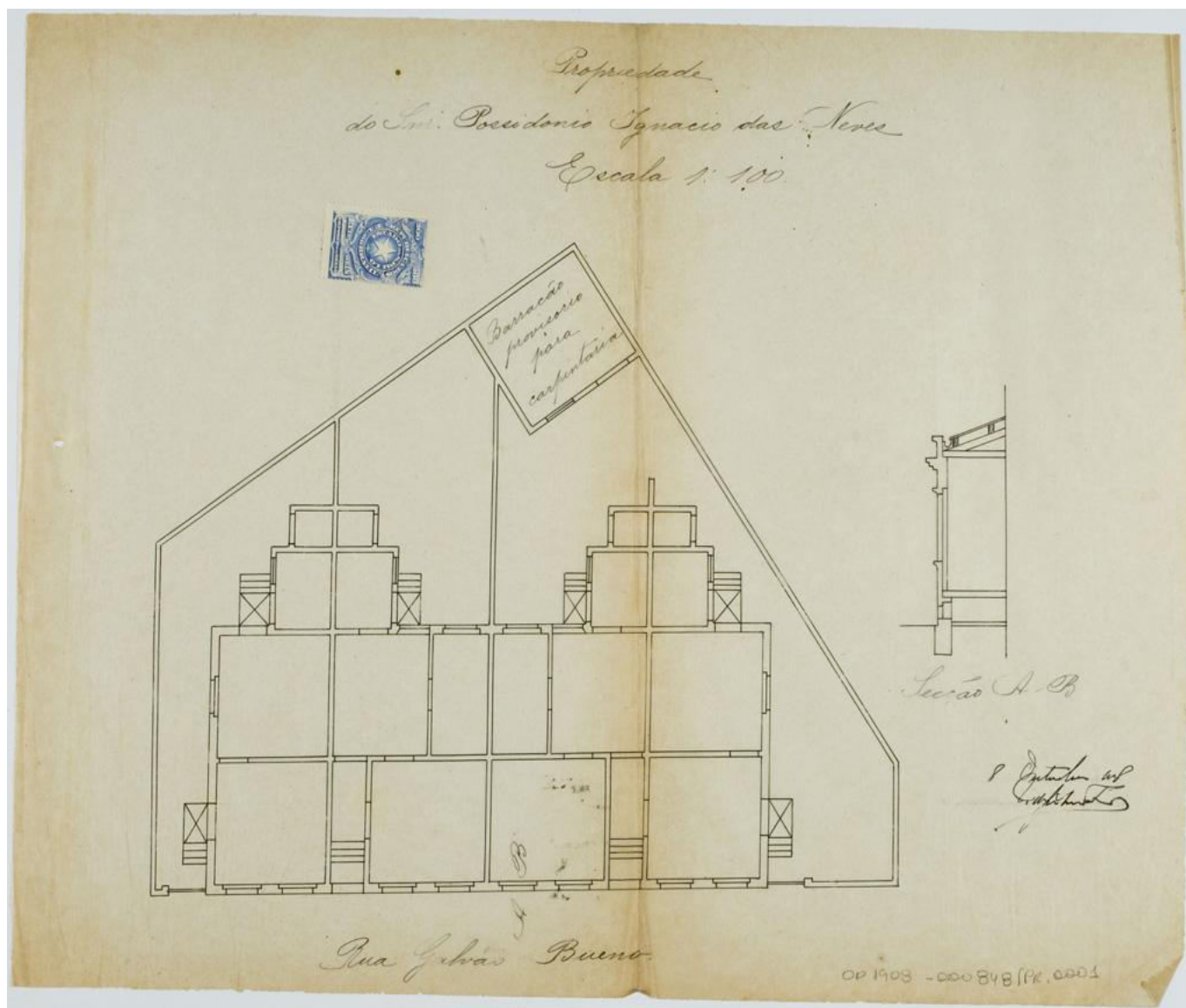


Figura 9 - Projeto quatro casas em série e barracão para carpintaria na rua Galvão Bueno. Ano: 1908.

Bairro: **Liberdade**. Proprietário: Possidônio Ignácio das Neves.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

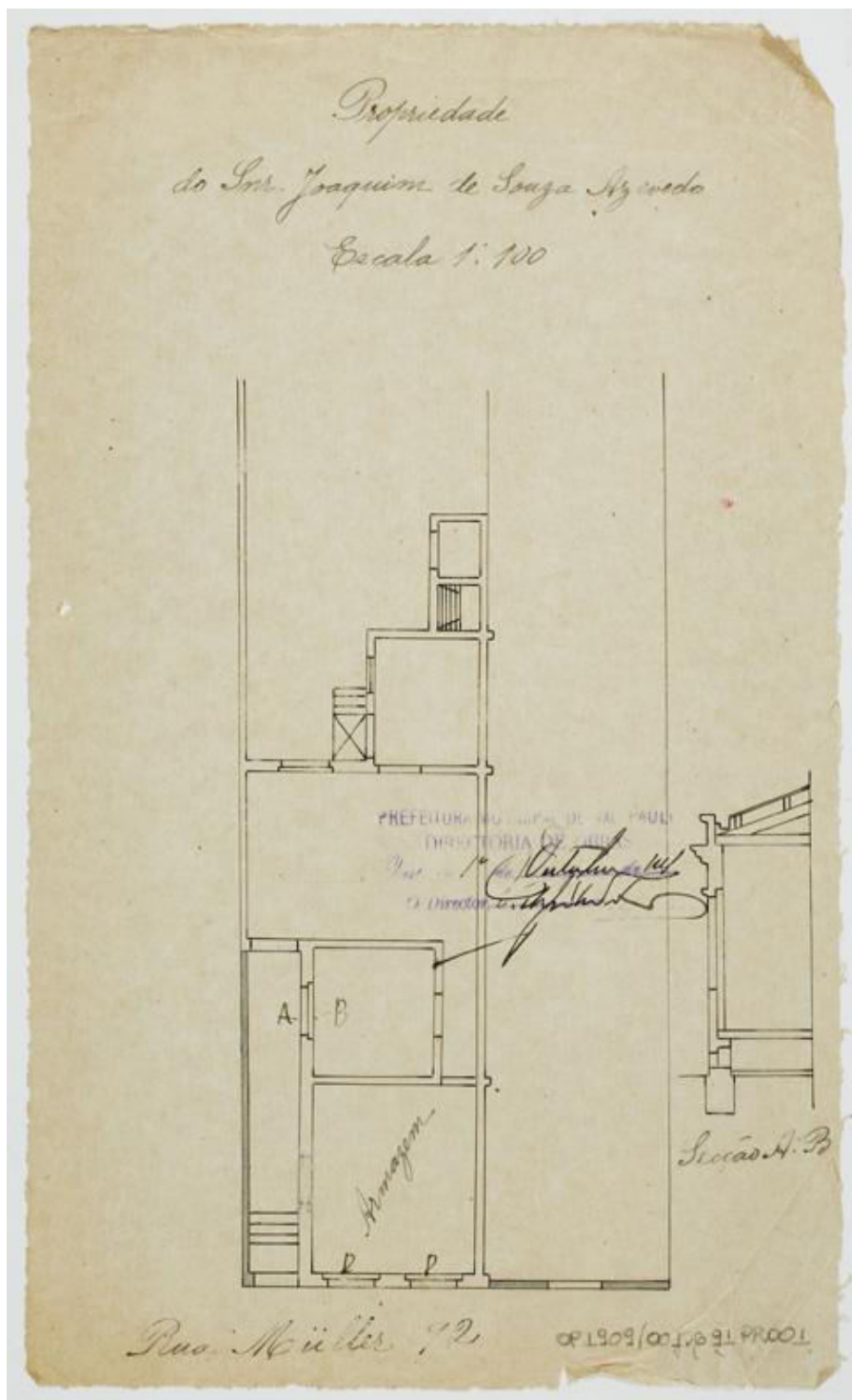


Figura 10 - Projeto de uma casa e um armazém na rua Muller. Ano: 1909. Bairro: **Brás**. Proprietário: Joaquim de Souza Azevedo.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

b) Comercial/serviços

Entre barracões e oficinas, Kanz assinou aproximadamente **75** pedidos para edificar prédios comerciais e de serviços.

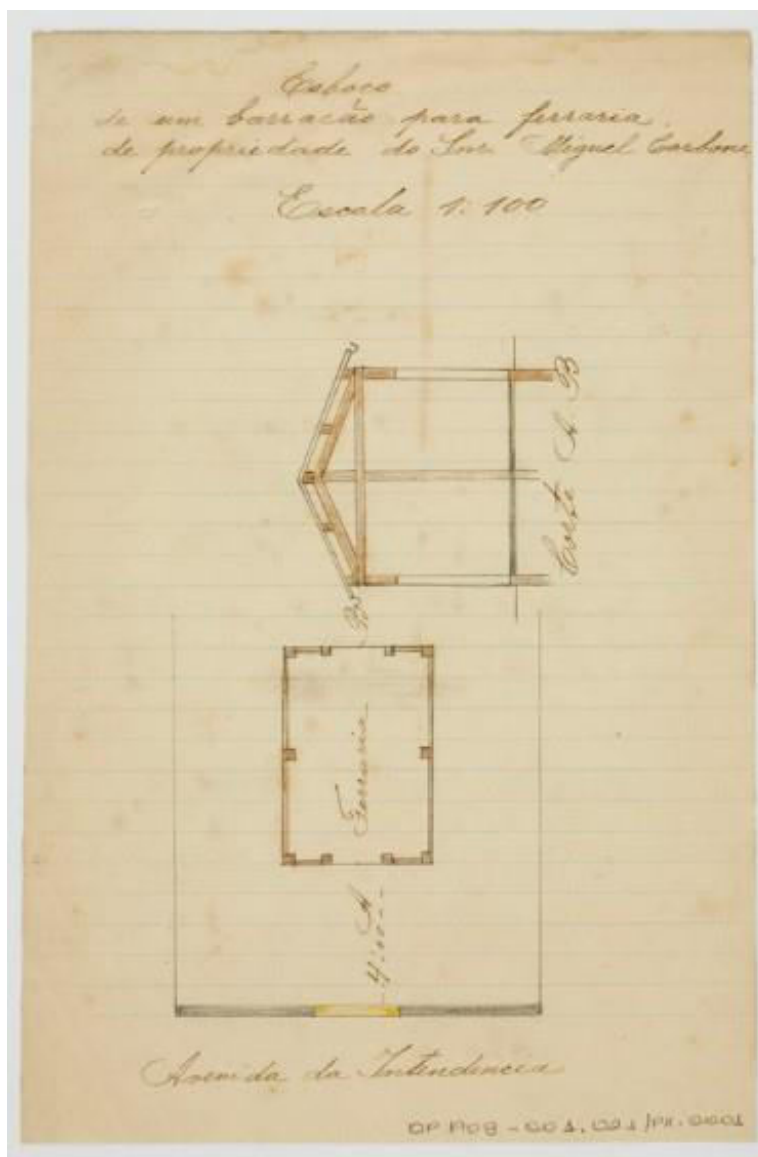


Figura 11 - Barracão para ferraria na Avenida da Intendência. Ano: 1908. Bairro: **Brás**. Proprietário: Miguel Carbone. **Fonte:** AHMWL – Série Obras Particulares

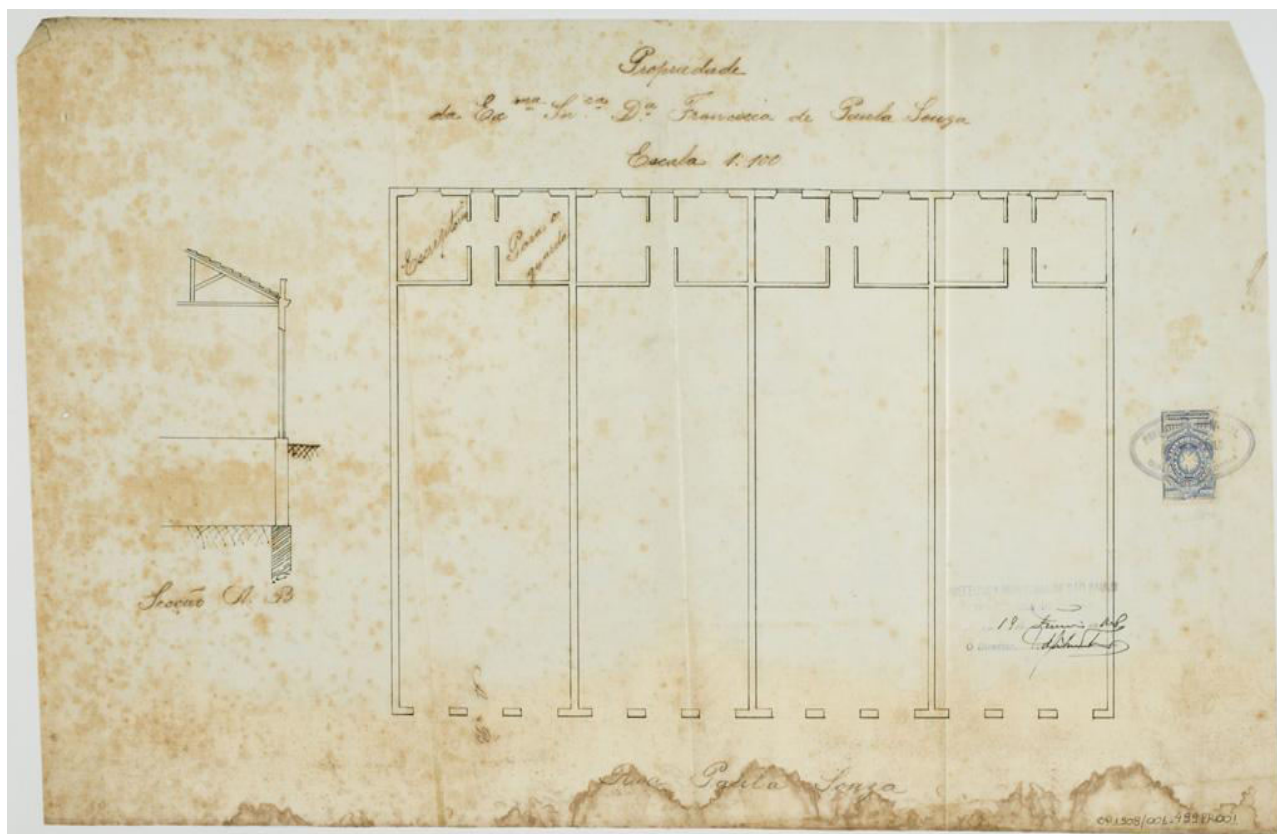


Figura 12 - Projeto para construção de 4 armazéns na rua Paula Souza. Ano: 1908. Bairro: **Sé**.
Proprietária: Dona Francisca de Paula Souza.
Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares

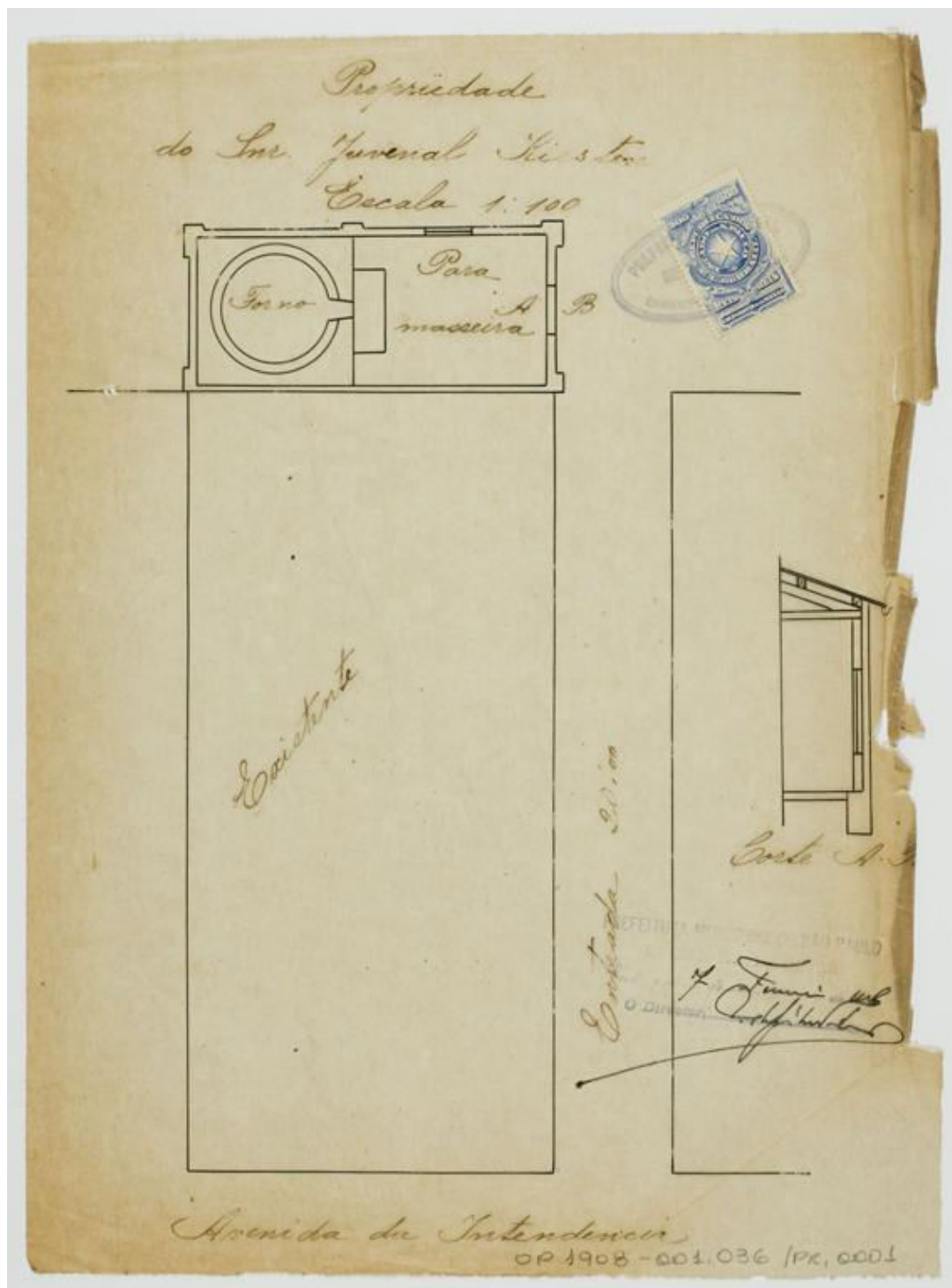


Figura 13 - Projeto para construção de um forno para padaria na Avenida da Intendência (Atual Avenida Celso Garcia). Ano: 1908. Bairro: **Brás**. Proprietário: Juvenal Kirsten.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares

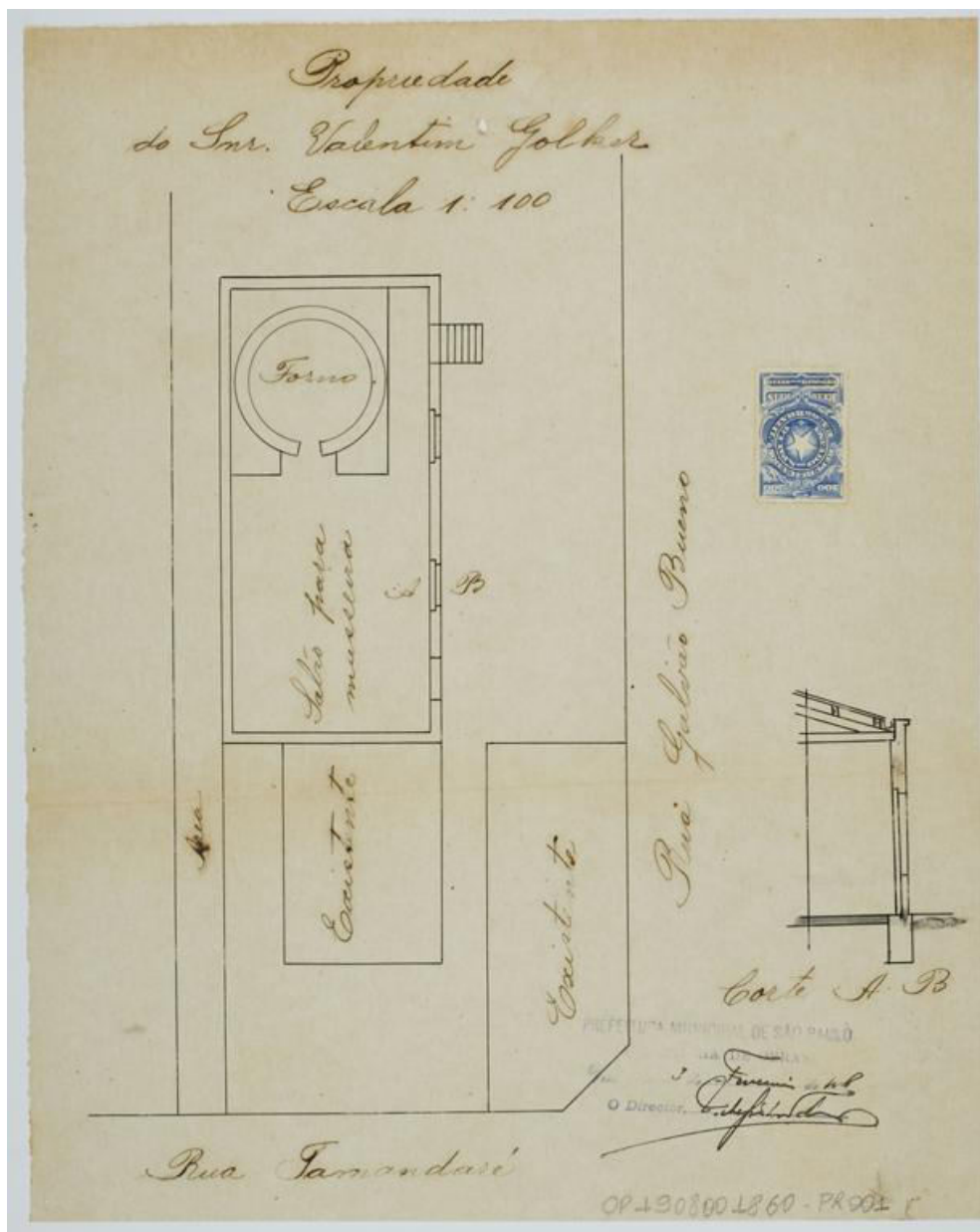


Figura 14 - Projeto para salão e forno para fabricação de massas na rua Tamandaré. Ano: 1908. Bairro: **Liberdade**. Proprietário: Valentim Golker.
Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares

c) *Manufatureiro/industrial*

Dos projetos de pequenas e médias fábricas, José Kanz assinou **17** solicitações.

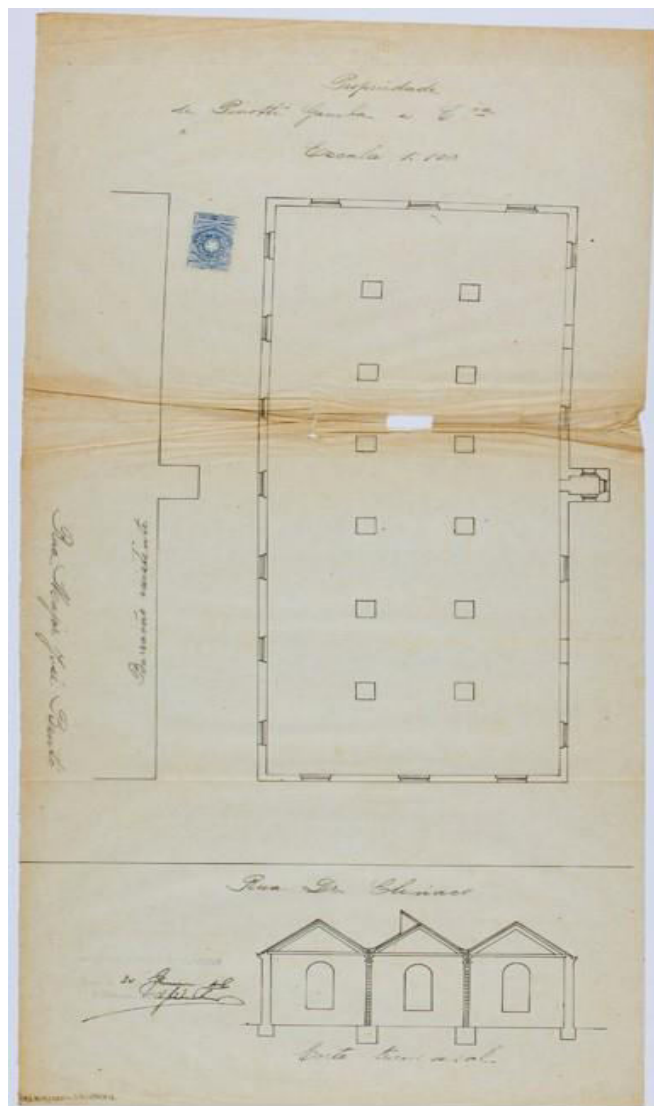


Figura 15. Projeto de um galpão para a fábrica da **Cia. Pinotti & Gamba** na rua Dr. Climaco. Ano: 1909. Bairro: **Cambuci**. Proprietário: Egídio Pinotti Gamba.
Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares.

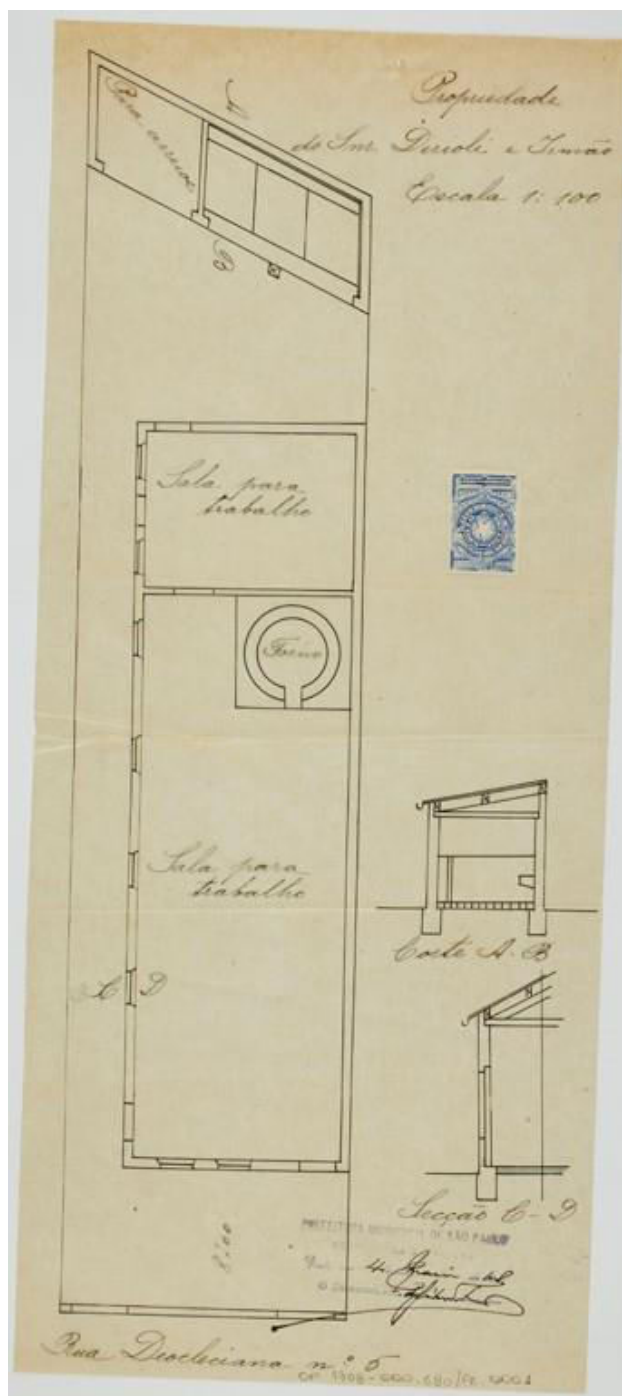


Figura 16 - Projeto para uma fábrica de biscoitos na rua Deocleciana. Ano: 1908. Bairro: Bom Retiro.

Proprietário: Dzioli e Irmão.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares

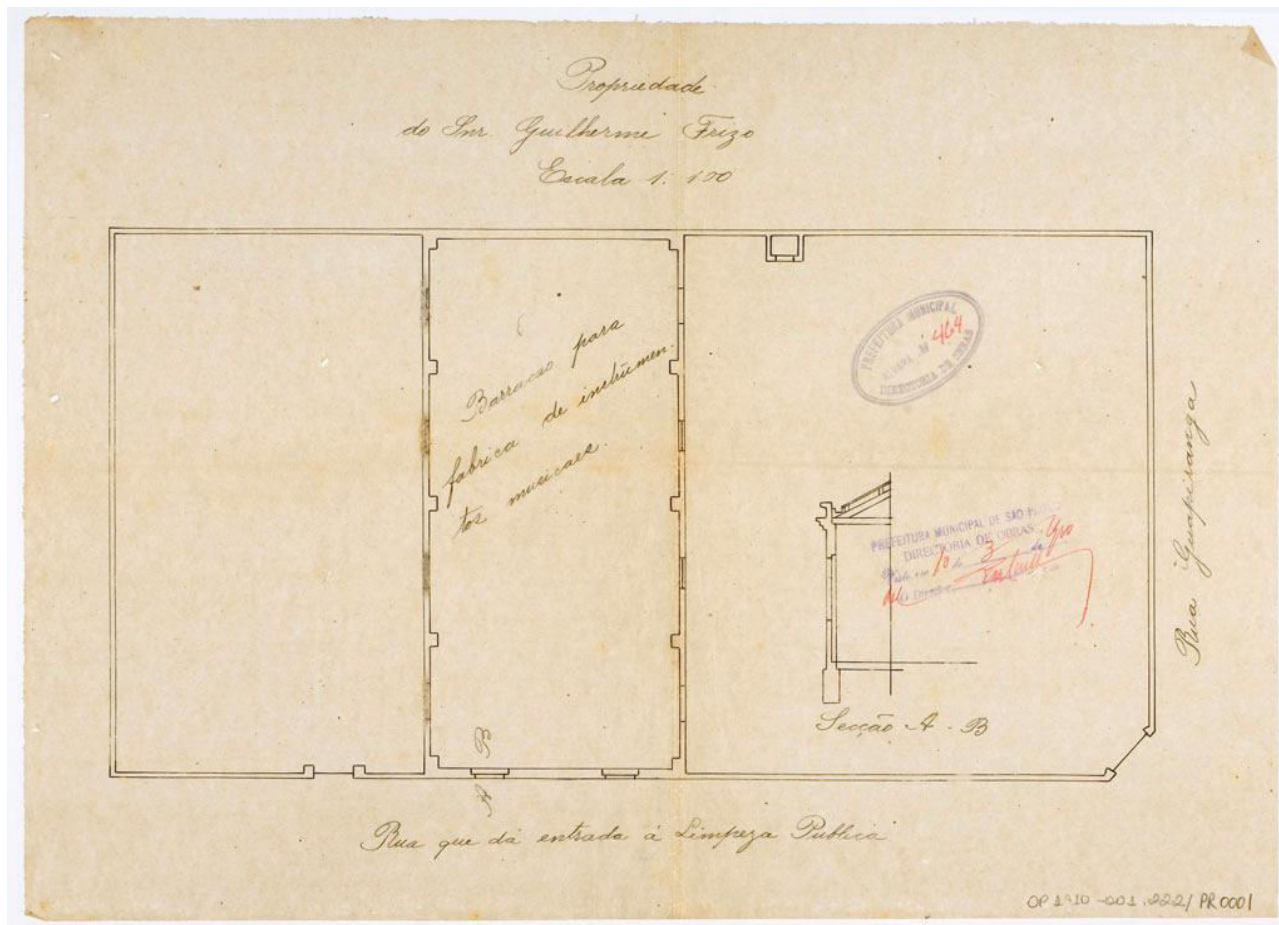


Figura 17 - Barracão para fábrica de instrumentos musicais na rua Guarapiranga. Ano: 1910. Bairro: Poprietário: Guilherme Frizo.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares

d) Kanz e os croquis burocráticos de um cotidiano urbano em construção

Dos desenhos mais corriqueiros de Kanz, chamam a atenção os croquis que esboçam uma cidade imaginada, os arredores da edificação, espaços vazios de ruas e casas ainda inexistentes. Muitas vezes esboçados no próprio papel do requerimento, num tipo de improvisação que projeta heterotopias, ideias de espaço, de forma, de cidade (FOUCAULT,2013). Evidencia uma cidade ainda em construção, imaginada pelo pragmatismo de José Kanz.

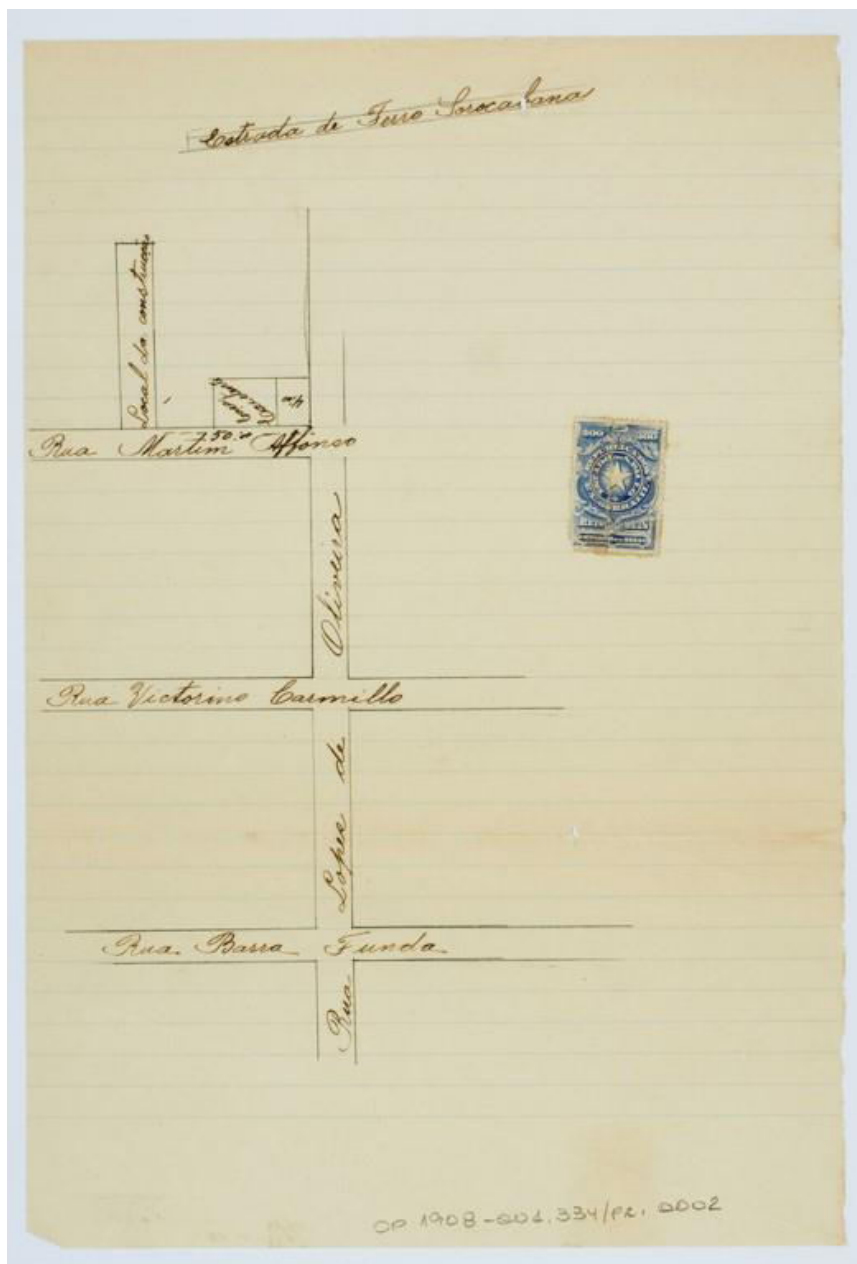


Figura 18 - Região da Santa Cecília, Campos Elíseos e Barra Funda em 1908. Ao fundo das ruas projetadas, a Estrada de Ferro Sorocabana.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares

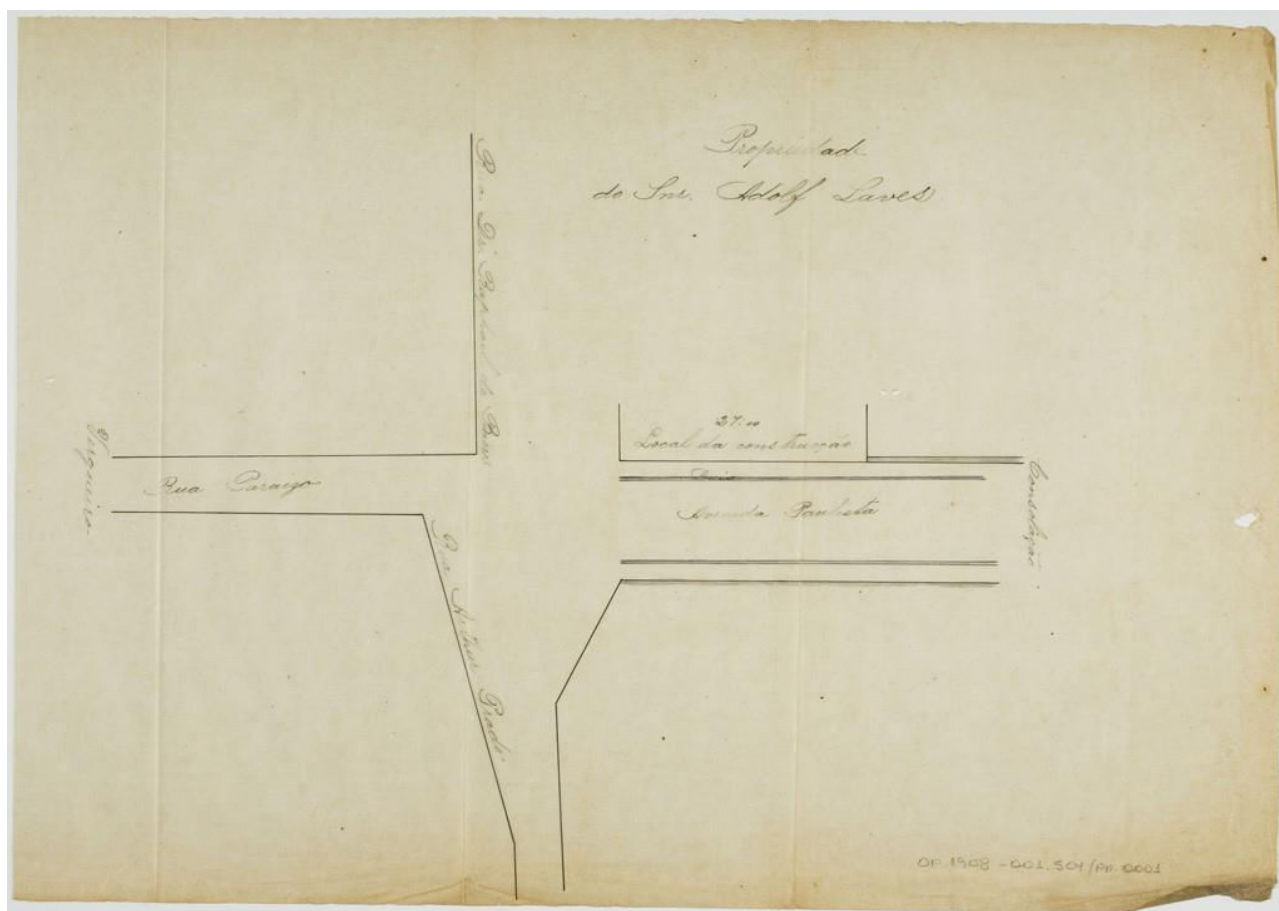


Figura 19 - Bela Vista próxima à rua Artur Prado e Avenida Paulista em 1908. Altura da região do Paraíso.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares

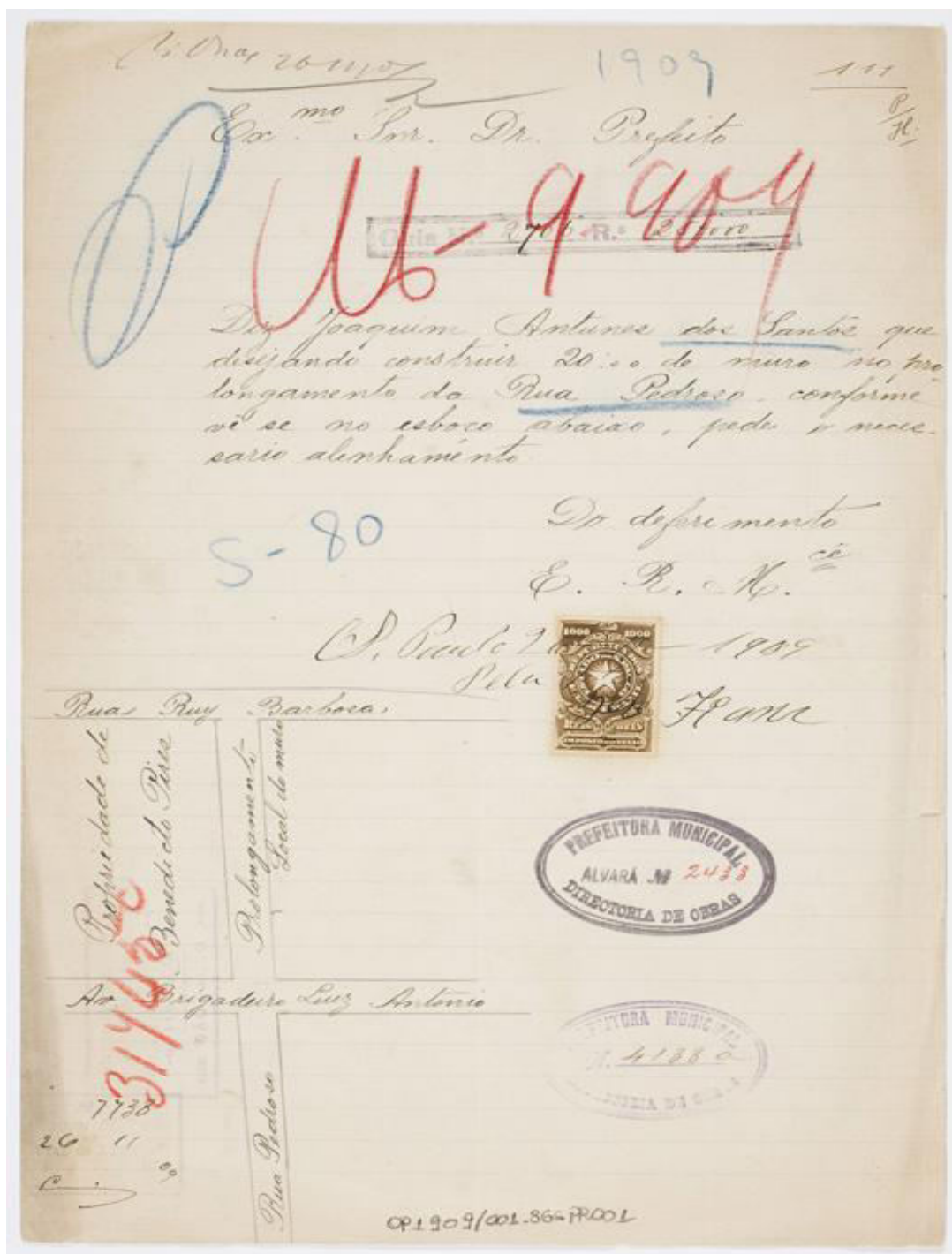


Figura 20 - Região da Bela Vista entre as ruas Pedroso, Rui Barbosa e Av. Brigadeiro Luiz Antonio em 1909.

Fonte: AHMWL - Série Obras Particulares

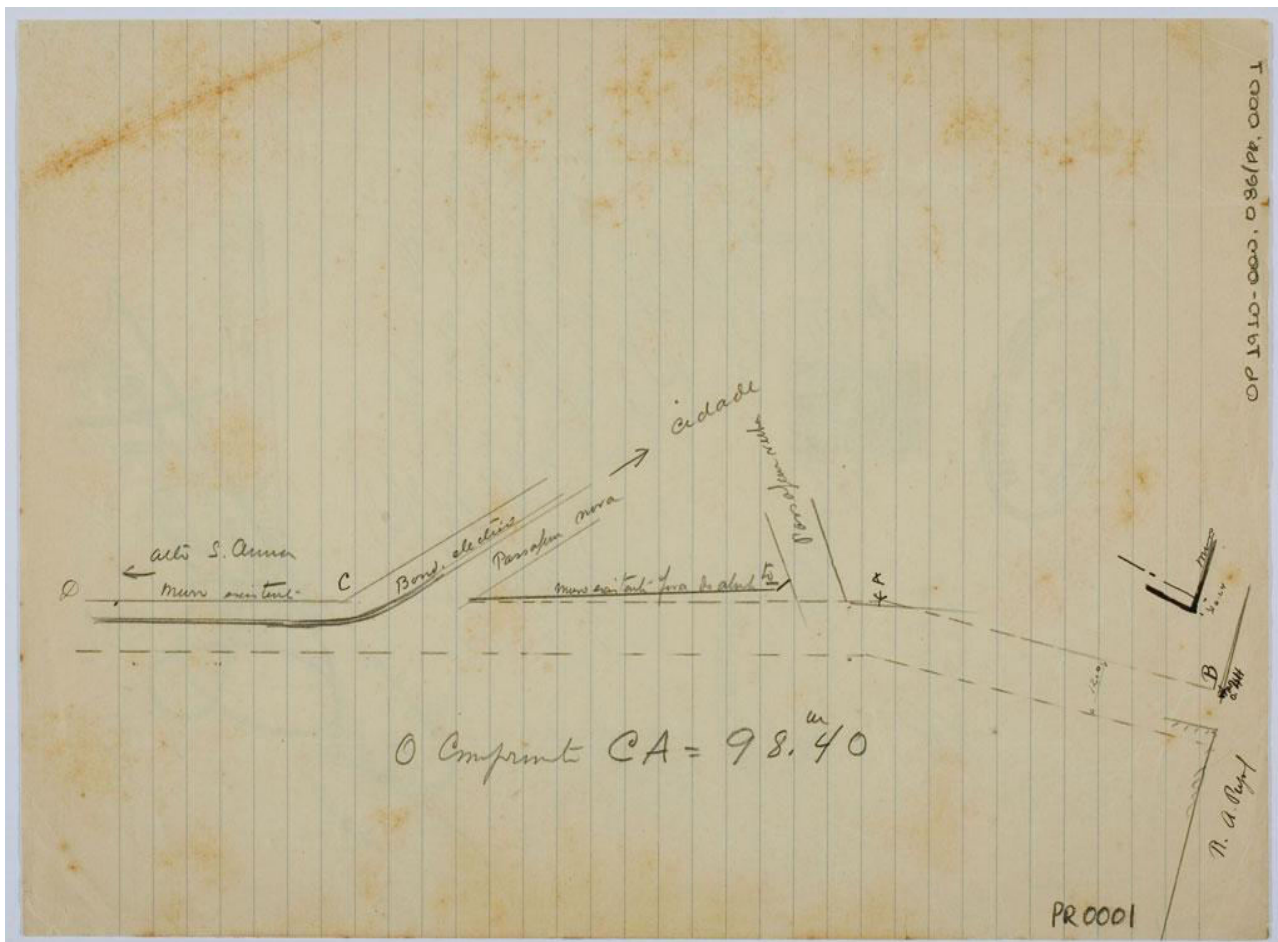


Figura 21. Região de Santana próximo à rua Alfredo Pujol em 1910.

Fonte: AHMWL – Série Obras Particulares



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

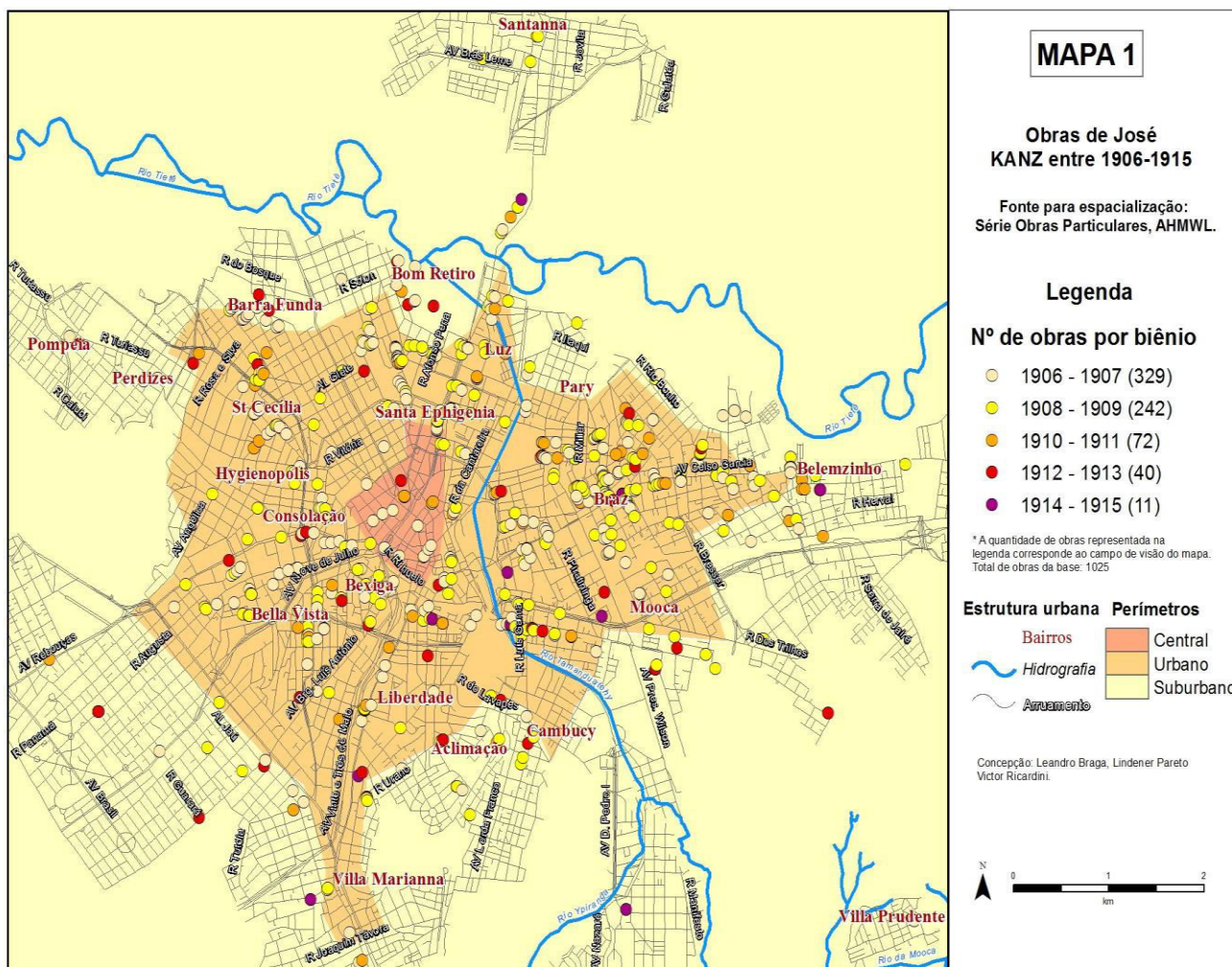
6. Obras especializadas

No intuito de evidenciar uma produção presente em toda a cidade na esteira do SIG histórico - Sistema de Informação Geográfica - (FERLA; OYAKAWA; DINIZ; FARIAS,2016) optamos por espacializar parte das obras de José Kanz entre 1906 e 1915. Uma possibilidade a mais de vislumbrar uma produção que certamente constituiu a identidade arquitetônica de boa parte da cidade de São Paulo no início do século XX. O conjunto cartográfico foi desenvolvido a partir da base de dados dos requerimentos da "Série Obras Particulares" e a partir da "Planta Geral da Cidade de São Paulo" (1905) de Alexandre Mariano Coccoci e Luís Frutuoso e Costa e também da "Planta da Cidade de São Paulo" (1916) realizada pela Divisão Cadastral da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, ambas disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Assim, desenvolvemos 4 tipologias de cartas. Os mapas intitulados: **Mapa 1, Mapa 2, Mapa 3 e Mapa 4** representam, respectivamente, a tematização das seguintes variáveis: *ano da construção da obra, tipo de uso, o tipo da obra e a relação entre o proprietário e o construtor.*

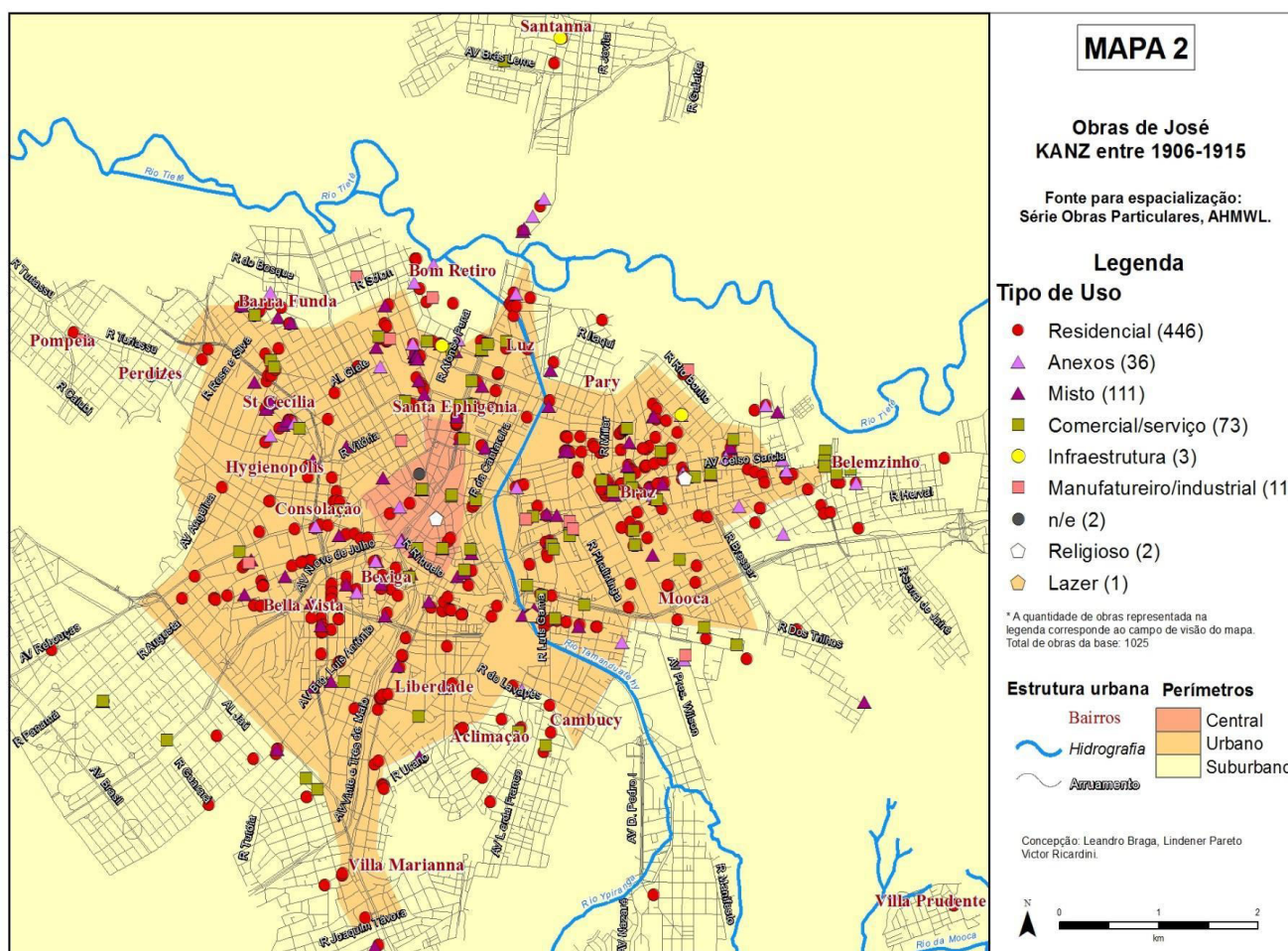
Cada projeto catalogado na base tem um endereço específico. Assim, é comum encontrar endereços com grafias antigas, o que exigiu um tratamento de adaptação. Além disso, parte dos endereços não tem numeração do imóvel e outros não batem com a numeração atual da base de logradouros utilizada, uma vez diante da história dos novos emplacamentos. Para os endereços que não tem numeração foi utilizado o ponto médio da rua, já nos outros casos foi levado em conta a altura da rua contida na numeração da base a partir do cotejo com a base de logradouro utilizada.

Outra limitação foi a ausência de CEPs na base. Para o processo de geocodificação o código de endereçamento acaba sendo uma informação essencial, pois evita a localização errônea em endereços homônimos aumentando a taxa de assertividade. Em geral a taxa de compatibilidade no processo de geocodificação se manteve sempre acima dos 90% dos endereços. Como resultado final, os mapas demonstram razoável assertividade com os polos de concentração dos diferentes tipos de obras e a atuação de José Kanz nas diferentes regiões e bairros da cidade. O processo de geocodificação, no entanto, não garante a exata localização de cada obra em escala de metros. Não permite análise mais próxima do ponto localizado, mas possibilita uma boa visão geral.

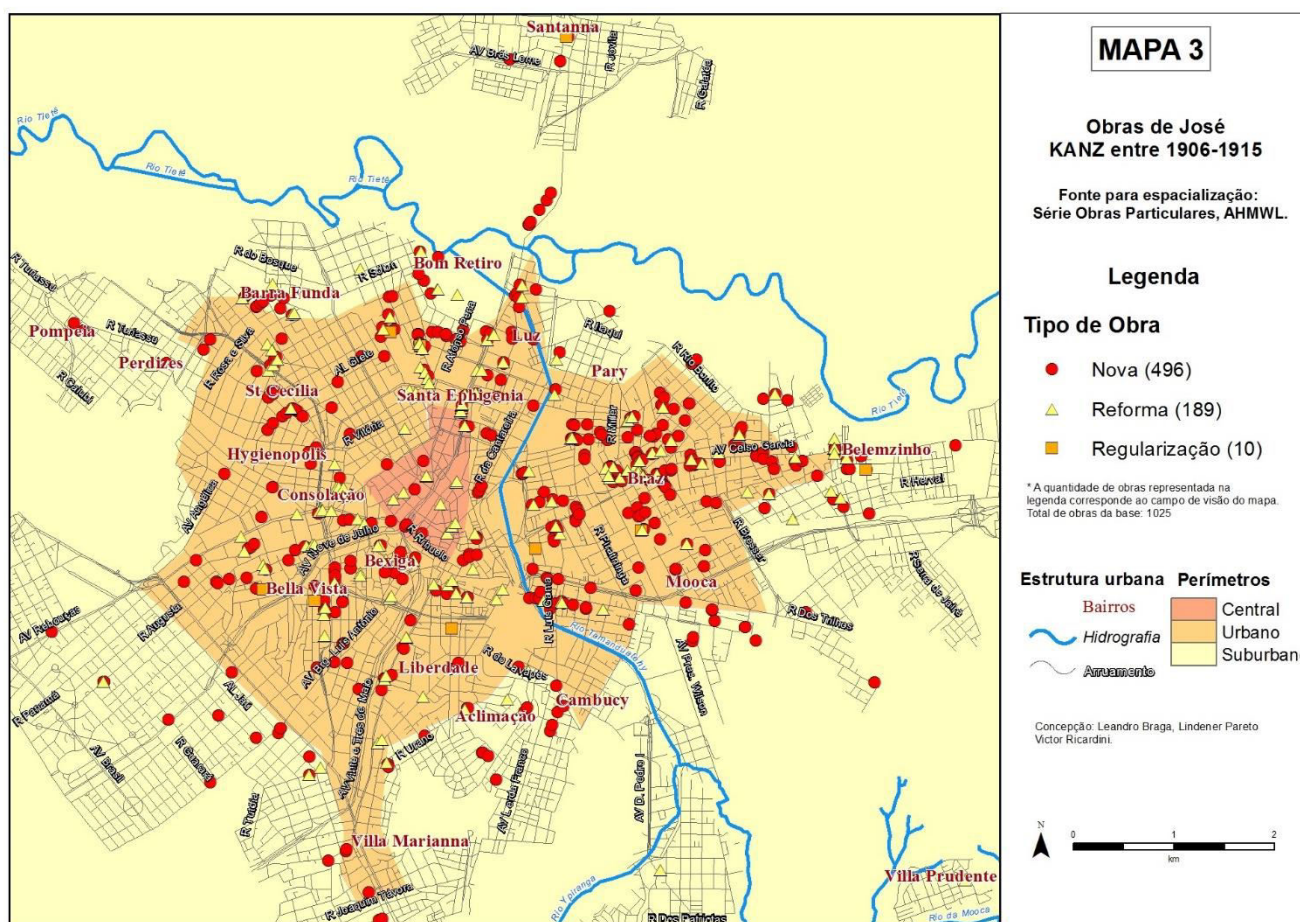
Todos os mapas seguem a mesma identidade visual no que diz respeito às simbologias, cores, fontes e elementos cartográficos como escala e norte. Seus elementos são: Título do mapa, nome do construtor, fonte dos dados, legenda do mapa, escala gráfica e norte. As cartas foram exportadas em A4 nos formatos PDF (300dpi) e JPEG (120 dpi). Os totalizadores das legendas dos mapas dizem respeito ao total de obras no campo de visão de cada escala, portanto eles podem divergir do total de obras geral da base ou de cada construtor. Isso ocorre por conta da dispersão e da quantidade de obras. Em suma, a partir das técnicas da geocodificação, os mapas a seguir, divididos em 4 categorias analíticas, evidenciam a natureza dos projetos de José Kanz e a relação com seus principais clientes/parceiros.



No Mapa 1, **Nº de obras por biênio**, a produção mais significativa se dá entre o quadriênio 1906-1909. Como apontamos anteriormente, nosso levantamento nas Obras Particulares começou em 1906, mas a atuação de Kanz e seus parceiros já era significativa ao menos desde 1905. A espacialização aponta uma produção espalhada por todos os perímetros da cidade, centro e bairros centrais, além do perímetro suburbano à época, como os novos loteamentos da Vila Mariana, Ipiranga, Pompéia e Santana.

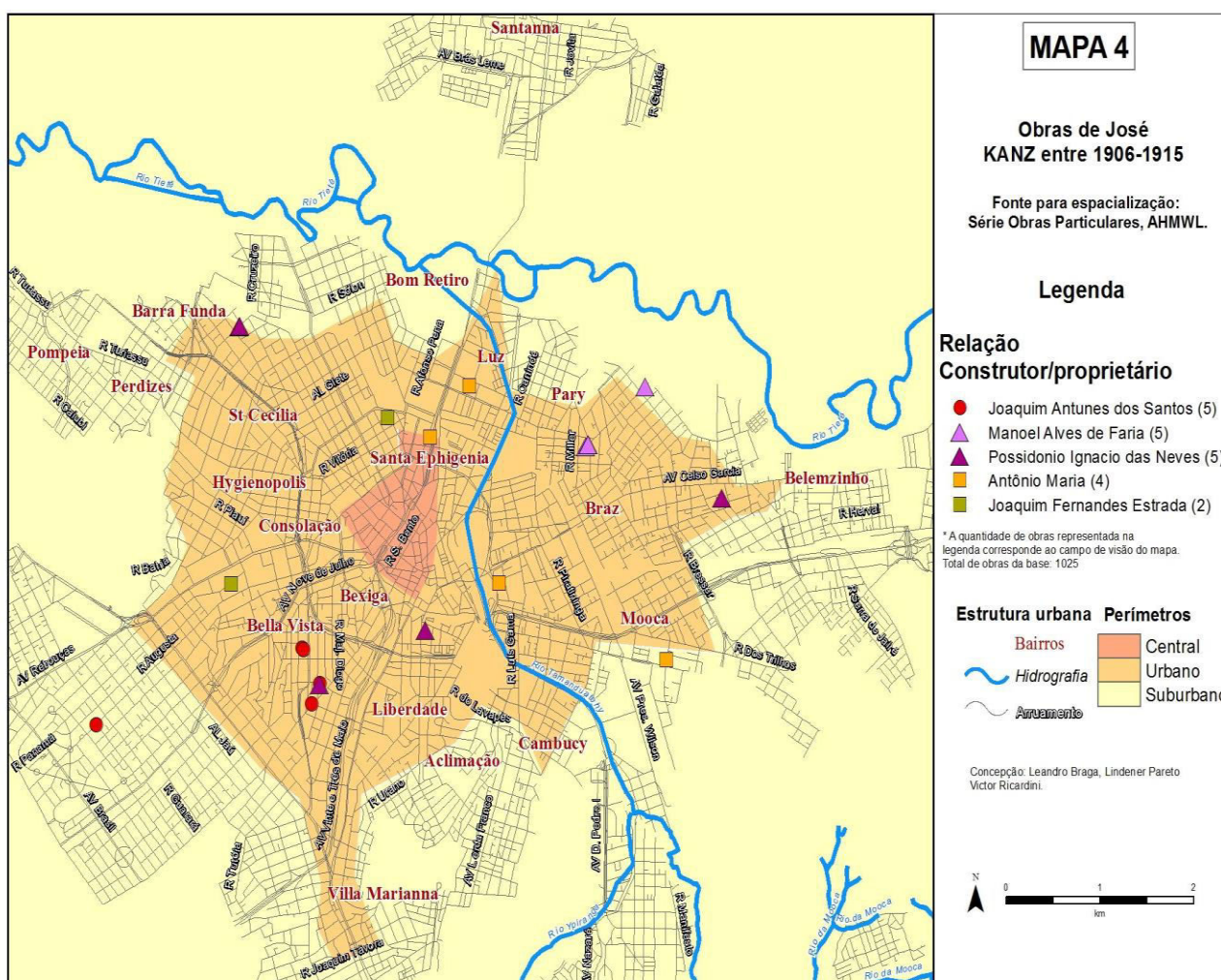


No Mapa 2, **Tipo de uso**, é patente uma produção “residencial” esmagadora, geralmente de casas de padrão operário (3 cômodos) e de padrão médio (4 cômodos). Ao mesmo tempo o uso “misto” (residência e comércio) e o uso “comercial/serviços” estão sempre vinculados ou próximos das edificações de uso residencial, evidenciando a dinâmica comercial e dos setores de serviços para além da região central. É possível identificar também uma significativa concentração industrial na região do Brás e da Mooca, de resto conhecida pela historiografia da classe operária paulistana.



O Mapa 3, **Tipo de obra**, evidencia uma produção majoritária de obras novas - sobretudo residências - contrariando interpretações mais corriqueiras e corporativistas de que os construtores não-diplomados só faziam reformas e obras menores.

Dentre os milhares de requerimentos que passaram pelo controle de José Kanz, surpreende o baixo número de proprietários que mais de uma vez encarregaram Kanz de suas obras. De fato, entre os nomes elencados no Mapa 4, **Relação Proprietário/Construtor**, Possidônio das Neves além de proprietário era também empreiteiro, sendo um dos parceiros de Kanz nas inúmeras obras espalhadas pela cidade. Ainda assim, é espantosa a empreitada de Kanz e a diversidade de proprietários para os quais trabalhou.





DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

7. Considerações Finais

Consideramos que a biografia profissional de José Kanz é resultado de uma fatura coletiva, tanto do esforço de um projeto de pesquisa quanto da própria atuação de centenas de construtores que não figuravam ainda na escrita da história das cidades. O conjunto documental da *Série Obras Particulares* é imprescindível para a narrativa da história da cidade de São Paulo, sobretudo a partir de sua “Segunda fundação” em 1872, para usar a clássica expressão de Eurípedes Simões de Paula (1954) ao se referir à transição entre a pequena cidade do último quartel do século XIX e a pujante metrópole da década de 1950. Para remontarmos as grandes transformações da cidade sede dos lucros da exportação de café, dos imigrantes, da transição da mão de obra escrava para a assalariada, dos operários e operárias, das antigas chácaras transmutadas em bairros centrais como Higienópolis e Bela Vista - para ficarmos em dois exemplos - e as disputas materiais e simbólicas que envolvem tal ordem de mudanças, faz-se necessário passar pela tessitura urbana, pelas querelas dos novos arruamentos, loteamentos, bairros planejados, projetos urbanísticos e toda a sorte de sujeitos e de culturas profissionais que levaram a cabo tal processo. É neste sentido que os *Obras Particulares* se constituem como fonte primária “privilegiada”. Seus milhares de requerimentos e projetos arquitetônicos são um grande “almanaque” de uma cidade em (re) construção. Os pedidos de alinhamento e de alvará de licença evidenciam uma República que estabelece novas noções de conforto, salubridade e higiene.

Contudo, mesmo que importantes pesquisas com a referida documentação tenham vindo à tona desde o final da década de 1980, o primeiro projeto sistemático de organização e digitalização das *Obras Particulares* foi levado a cabo apenas em 2007, sob coordenação da Prof^a Dr^a Beatriz Bueno da FAUUSP em parceria com o Arquivo Histórico Municipal e financiado pela FAPESP. Como apontamos anteriormente, o projeto de políticas públicas - “A cidade de São Paulo e sua Arquitetura” - tinha por objetivo organizar e digitalizar a *Série Obras Particulares* entre 1906 e 1915 e, principalmente, digitalizar os projetos arquitetônicos de um dos escritórios técnicos de Engenharia e Arquitetura mais importantes e longevos da história do Brasil: O “Escritório Técnico Ramos de Azevedo/Severo Villares”. Ora, nos quadros de um projeto de políticas públicas que podemos considerar um marco fundamental para a historiografia da arquitetura e do urbanismo, a *Série Obras Particulares* foi de alguma maneira “eclipsada” pelos monumentais projetos do “Escritório Técnico Ramos de Azevedo/Severo Villares”, também sob guarda do arquivo e a “vedete” do projeto de digitalização e disponibilização anteriormente mencionado. Como “competir” com os apurados projetos do escritório que dominou a produção das edificações públicas paulistanas para além da *Belle*



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

Époque? Simplesmente mudando a escala de análise e observando a massa documental que apontava também para outras direções. Desse modo, a história de José Kanz e de tantos outros construtores precisaram, para vir à tona, ir na contramão, na contra hegemonia de uma história da arquitetura ainda “glamourizada”, que considerava poucos e “grandes” nomes ligados à Escola Politécnica e a poucos engenheiros/arquitetos estrangeiros. Assim, as fontes primárias da “série” indicavam uma outra narrativa. Kanz faz parte dela, no limiar entre a esfera pública em reformulação e a expansão da iniciativa privada, ele é o empreiteiro que sintetiza o declínio e a transição de uma maneira secular de produzir a cidade e de conceber a profissão da arquitetura e da engenharia, assim como todos os termos paulatinamente eclipsados pelo corporativismo ensejado pela nova ordem dos diplomados.

8. Referências

AMARAL, Antônio Barreto do: **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Governo do Estado de São Paulo, 2006.

ARASAWA, Claudio Hiro. **Engenharia e poder: construtores da nova ordem em São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2008.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRITO, Mônica Silveira. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

BUENO. B.P.S. Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares: longevidade, pluralidade e modernidade (1886-1980). **Revista CPC**, [S.l.], n. 19, p. 194-204, jun. 2015. ISSN 1980-4466.

BUENO. B.P.S. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)**. São Paulo: FAUUSP, 2008.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

CAMPOS, Eudes. **O capitão Antônio Bernardo Quartim ou o ABC da Engenharia.** INFORMATIVO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, 5 (25-26): jul/out.2009 <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>.

CAMPOS, Eudes. **Arquitetura Paulistana sob o Império - aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo.** Tese de doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1997. 4 v.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **A Arquitetura de Ramos de Azevedo.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, 1996.

CERASOLI, Josianne. **Modernização no Plural:** obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Tese de doutorado, UNICAMP. Ano de obtenção: 2004.

DEBENEDETTI, Emma & SALMONI, Anita. **Arquitetura italiana em São Paulo.** Ed.Perspectiva: São Paulo, 1981.

DOSSE, François. **O desafio biográfico.** Escrever uma vida. São Paulo: EdUSP, 2009.

FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na arquitetura brasileira.** São Paulo. Livraria Nobel, 1987.

FERLA, Luis; OYAKAWA, K.O.; DINIZ, J.A.; FARIAS, O.G.C. **Mapeamento SIG na Pesquisa e Inventário do Patrimônio Arqueológico de Guarulhos (PIPAG).** R. Museu Arq. Etn., 26: 84-94, 2016.

FICHER, Sylvia. **Os Arquitetos da Poli:** Ensino e Profissão em São Paulo. Edusp: São Paulo, 2005.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO, Rita de Cássia. **Construtores anônimos em Campinas (1892-1933):** fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. Tese FAUUSP, 2013.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

GENNARI, Luciana. **As casas em série do Brás e da Mooca**. Dissertação FAUUSP, 2005.

LANNA, A. L. D. (Org.). **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011. v. 1.

LE MOS, Carlos A.C. **Ramos de Azevedo e seu escritório**. São Paulo: Pini, 1993.

PARETO JR. Lindener. **O cotidiano em construção**: os Práticos Licenciados em São Paulo, 1893-1933. Dissertação de Mestrado. FAUUSP, 2011.

PARETO JR. Lindener. O cotidiano em construção: A trajetória profissional dos Práticos Licenciados em São Paulo (1893-1933). In: João Marcos Lopes; José Lira. (Org.). **Memória, Trabalho e Arquitetura**. 1ed. São Paulo: EDUSP, 2013, v. 1, p. 67-81.

PARETO JR. Lindener. **Joaquim Cavalheiro**: um arquiteto-construtor no Brás e na Mooca. São Paulo: Cultura Acadêmica-Unesp, 2015.

PARETO JR. Lindener. **Pândegos, rábulas, gamelas**: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960). São Paulo, Tese de Doutorado, FAUUSP, 2016.

PARETO JR. Lindener. **O cotidiano em construção**: os Práticos Licenciados em São Paulo, 1893-1933. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira**: questões de historiografia. Campinas: Pontes Editores, 1998.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954." In: Porta, Paula (*) (org). **História da cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3

SEVCENKO, Nicolau (org.). "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In NOVAIS, Fernando A. (coord.) **História da Vida Privada no Brasil; 3. República**: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.7-48.



DOI: 10.20396/urbana.v9i3.8650477

SIRIANI, Sílvia. **Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edíficas e usuários**. Dissertação FAUUSP, 2010.